
Balanço do Plano Nacional de Educação

Recortes e trajetórias dos
indicadores de monitoramento



CAMPANHA
NACIONAL PELO DIREITO À
EDUCAÇÃO

Índice

Meta 1

Meta 6

Meta 11

Meta 16

Meta 2

Meta 7

Meta 12

Meta 17

Meta 3

Meta 8

Meta 13

Meta 18

Meta 4

Meta 9

Meta 14

Meta 19

Meta 5

Meta 10

Meta 15

Meta 20

Meta 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

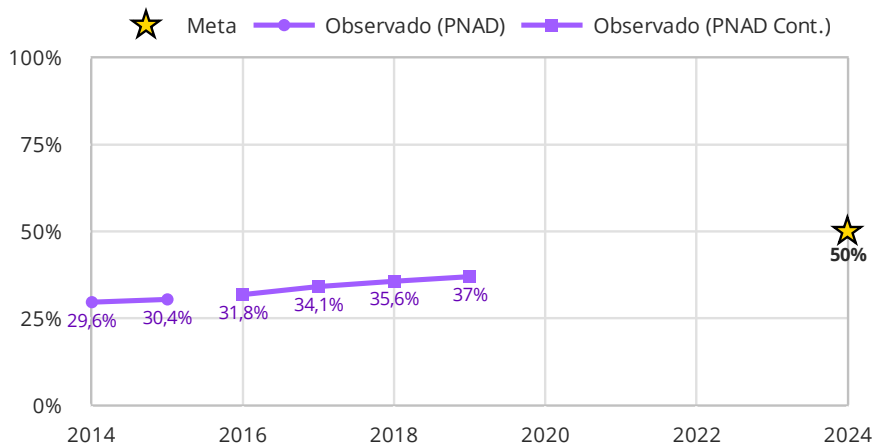
Indicador 1A: Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche

Indicador 1B: Percentual de crianças de 4 e 5 anos que frequentam a escola/creche



Meta 1 | Indicador 1A

Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche



Fonte: PNAD e PNAD Contínua - Educação / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

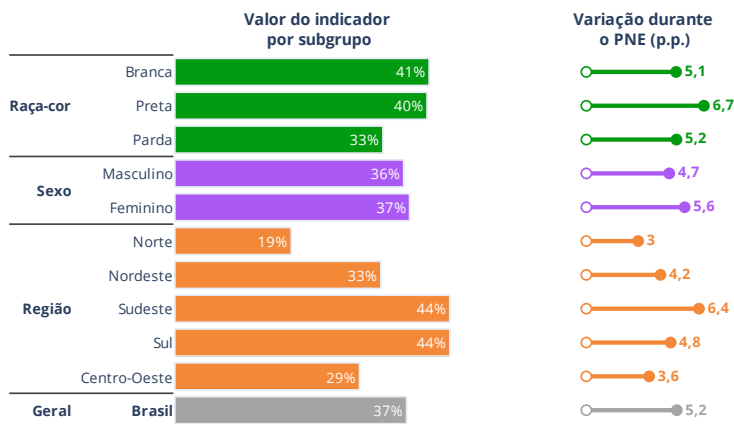
O primeiro dispositivo da meta 1 estabelece que em 2024 a porcentagem de crianças brasileiras de até 3 anos frequentando escolas ou creches deve ser igual a 50%. De 2014 a 2019, essa porcentagem foi de 29,6% para 37%, configurando um ritmo de avanço médio insuficiente para atingir esse objetivo dentro do prazo.

Se antes da pandemia o cenário indicava o não cumprimento dos objetivos de expansão da Educação Infantil, a expectativa é que um quadro ainda pior se revele assim que se conheça o seu impacto, já que a etapa não é compatível com a educação à distância.



Meta 1 | Indicador 1A

Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche



Fonte: PNAD Contínua - Educação / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Entre 2016 e 2019, período com dados disponíveis na Pnad Contínua, houve uma redução na desigualdade do acesso à creche entre as crianças brancas e pretas. Persiste, porém, um relativo déficit de atendimento às crianças pardas.

Também dentre as regiões há uma grande desigualdade, com Sul e Sudeste não só em níveis muito mais altos, atingindo 44% em 2019, como também avançando em um ritmo mais acelerado rumo ao objetivo descrito no Plano.



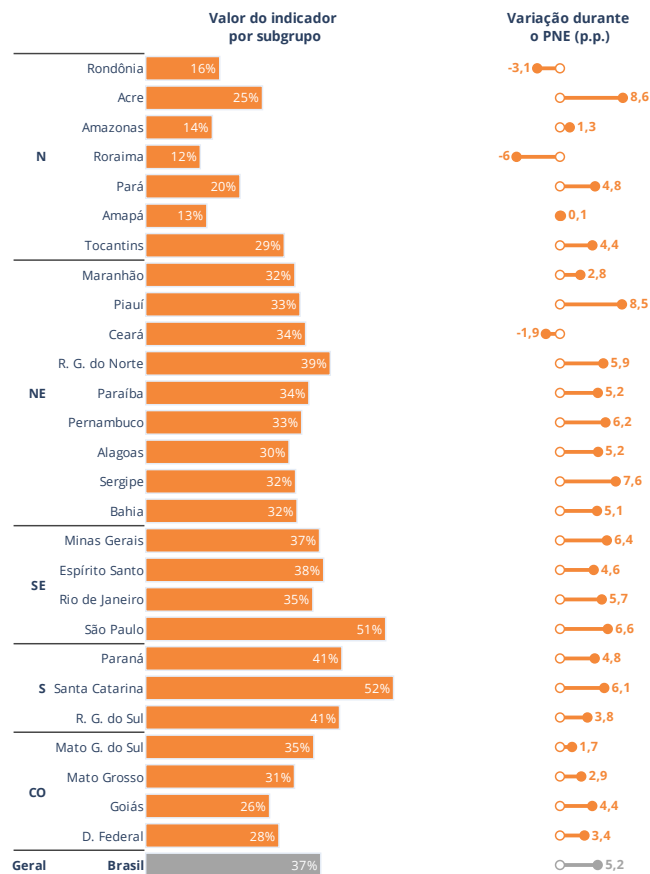
Meta 1 | Indicador 1A

Já no recorte por estados e distrito federal, identificam-se até mesmo casos de queda no atendimento escolar de crianças de 0 a 3 anos. Isso ocorre em Rondônia, Roraima e no Ceará.

Em Roraima, a queda foi de 6 pontos percentuais dentre os quatro anos analisados, frente a um avanço de 7,6 pontos percentuais no Sergipe, onde a variação foi mais positiva.

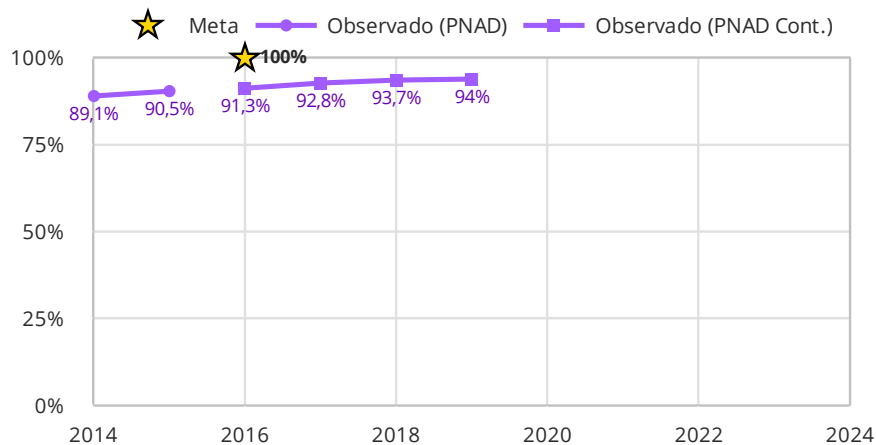
Também em Roraima, o nível estimado para 2019 através dos dados da Pnad Contínua é o mais baixo dentre as unidades federativas, aos 12%, ou seja, 40 pontos percentuais abaixo do nível no estado de Santa Catarina. Com isso, a tendência que se forma é de aumento da desigualdade ao longo do tempo.

Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche



Meta 1 | Indicador 1B

Percentual de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola/creche



Fonte: PNAD e PNAD Contínua - Educação / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

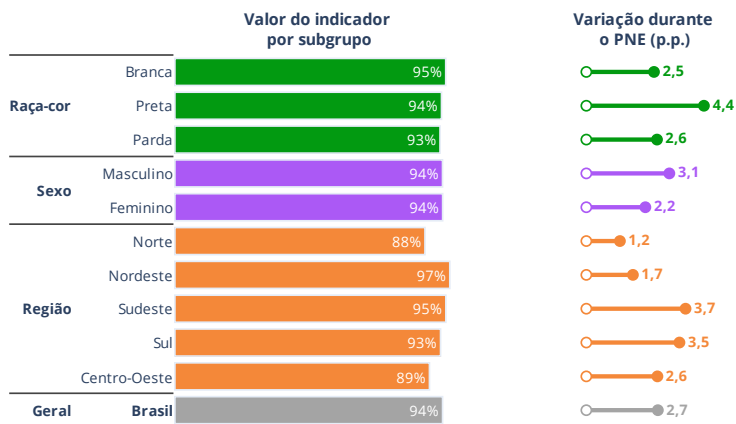
Previsto para 2016, o dispositivo da meta 1 que determina a universalização do acesso à escola para as crianças de 4 e 5 anos ainda não se encontrava cumprido em 2019, último ano com dados disponíveis, ainda antes da crise sanitária.

Além disso, o ritmo de avanço observado até aquele ano sequer era compatível com o seu cumprimento até o fim do PNE, em 2024.



Meta 1 | Indicador 1B

Percentual de crianças de 4 e 5 anos que frequentam a escola/creche



Fonte: PNAD Contínua - Educação / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Entre 2016 e 2019, período com dados disponíveis na Pnad Contínua, a desigualdade que se observava da população preta em relação à média foi reduzida à quase equiparação em relação aos brancos.

Em 2019, porém, persistia ainda uma desigualdade regional considerável, com Norte e Centro-Oeste ainda abaixo de 90%, enquanto nas outras regiões ele é de ao mínimo 93%. Ao ritmo em que essas regiões têm evoluído, não será cumprido o disposto no Plano até 2024.



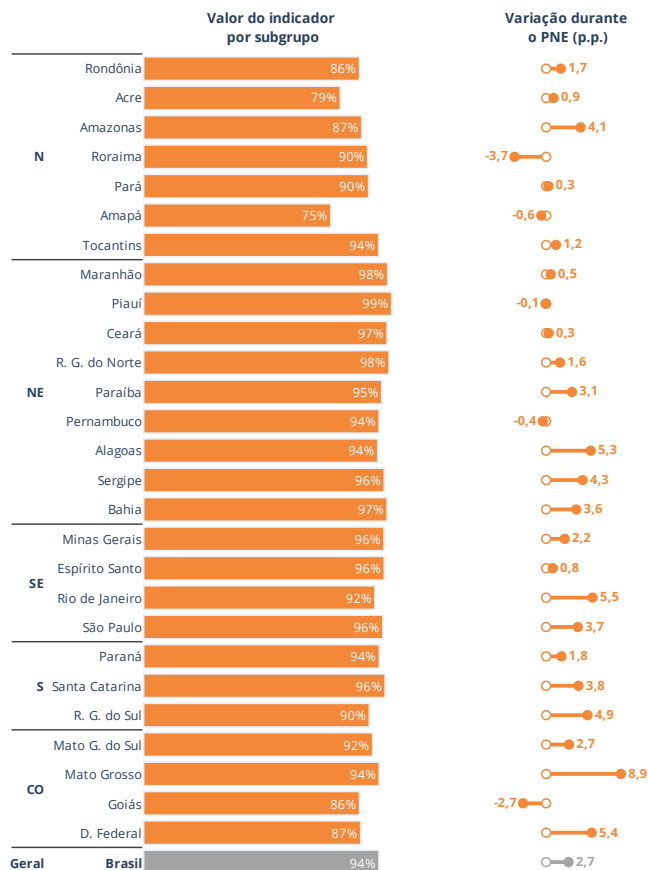
Meta 1 | Indicador 1B

Conseguimos, ao aprofundar o olhar para o nível das unidades federativas, melhor analisar os baixos índices do Norte e Centro-Oeste.

Na região Norte, a situação é abaixo da média em todos os estados, com a exceção do Tocantins. O problema é especialmente grave, no entanto, no Amapá e no Acre, onde, além de os níveis em 2019 serem os mais baixos do país, houve queda ou avanço muito baixo no período analisado. Assim, a desigualdade entre unidades federativas compõe tendência de aumento.

No Centro-Oeste, o cenário é mais positivo, mas não muito. Se por um lado o Distrito Federal, com 87% de atendimento em 2019, tem se aproximado da média nacional, Goiás, o estado com menor índice, a 86%, também apresenta queda.

Percentual de crianças de 4 e 5 anos que frequentam a escola/creche



Meta 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

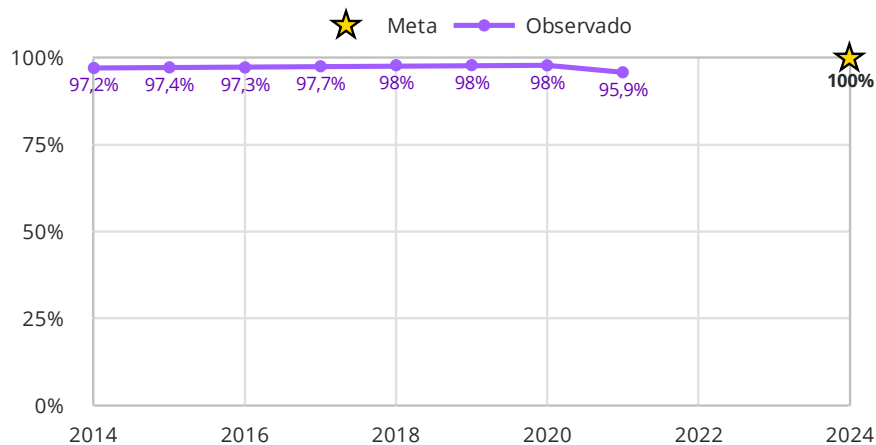
Indicador 2A: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o Ensino Fundamental

Indicador 2B: Percentual da população de 16 anos com o Ensino Fundamental concluído



Meta 2 | Indicador 2A

Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o Ensino Fundamental



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

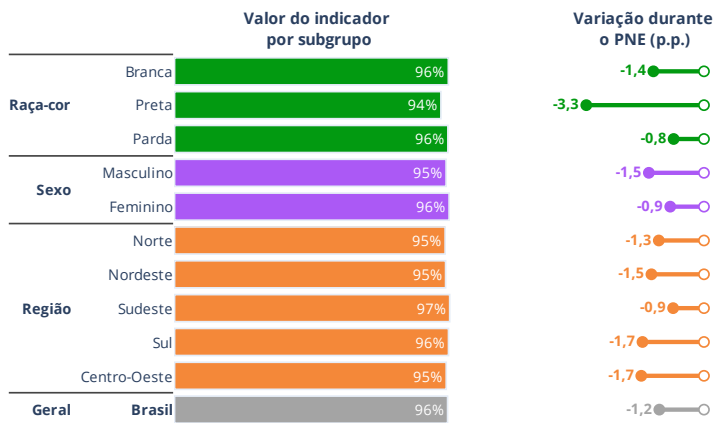
O acesso de todas as crianças de 6 a 14 anos ao ensino fundamental, que ainda não havia sido conquistado no Brasil antes da pandemia, sofreu um forte impacto em seu segundo ano, caindo a um nível menor do que o observado em 2014. O número de crianças nessa faixa etária que não frequentam nem concluíram a etapa quase dobrou de 2020 para 2021, saltando de 540 mil para 1,072 milhão.

Desse 1,072 milhão de crianças, 262 mil sequer frequentavam a escola, e outras 810 mil estavam escolarizadas, mas em etapas anteriores ao ensino fundamental.



Meta 2 | Indicador 2A

Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o Ensino Fundamental



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A análise dos recortes do indicador nos permite uma maior clareza sobre a queda registrada pela Pnad Contínua entre 2020 e 2021, ainda que de forma limitada pelo fato de o ano de referência para os cálculos de variação ser 2014, incluindo todo o progresso anterior.

Se ao longo das regiões a queda foi de certa forma semelhante, à exceção da região Sudeste, que sofreu mais, temos um quadro preocupante para os recortes de sexo e, especialmente, raça-cor.

Neste último, observa-se um impacto desproporcional sobre a população preta, que viu sua taxa de atendimento cair 3,3 pontos percentuais em relação ao que era no início do Plano.

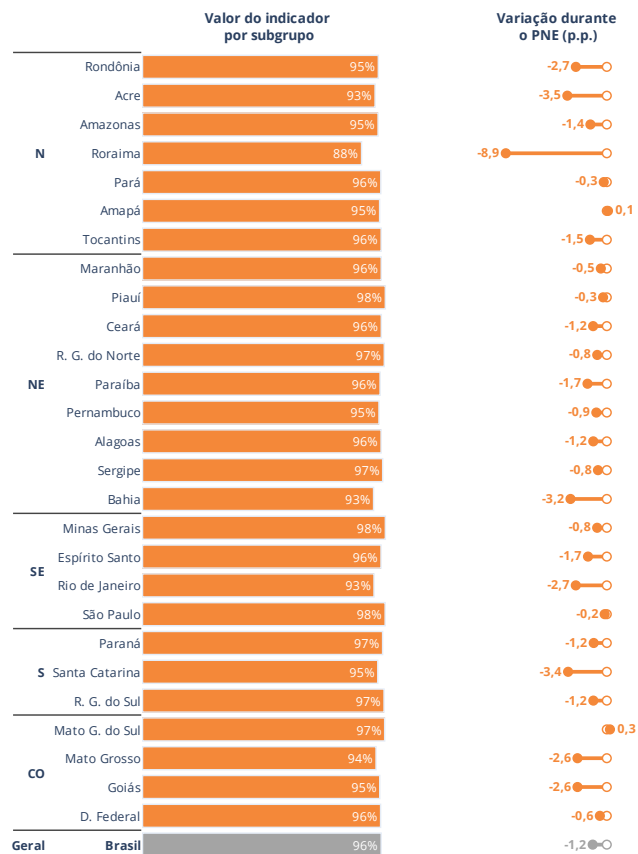


Meta 2 | Indicador 2A

Aprofundando a visão sobre os estados e o distrito federal, causa alarme a queda observada em Roraima, que passa a registrar um nível de 88%, 8 pontos abaixo da média, após cair quase 9 pontos percentuais em relação a 2014. Quedas menos acentuadas, mas ainda graves, podem ser observadas em estados como Santa Catarina e Acre.

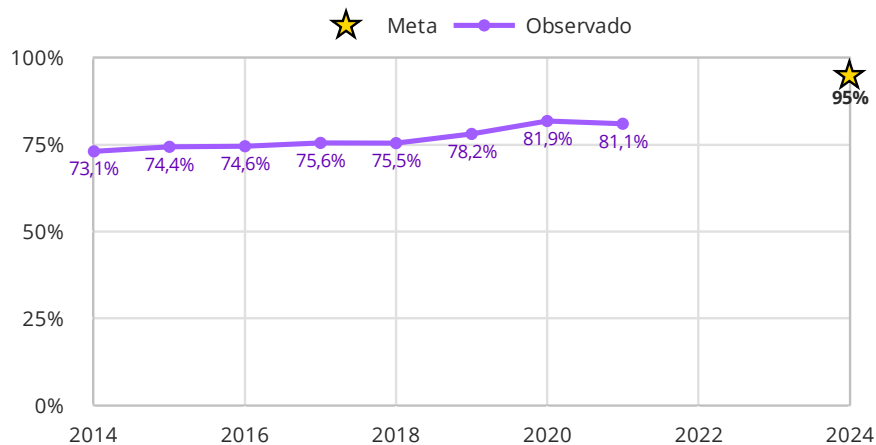
É notável, por outro lado, que o período de pandemia não gerou impacto suficiente para trazer o Mato Grosso do Sul e o Amapá a níveis abaixo do que estavam no início do PNE. Mesmo assim, são estados que não se distanciam da média para o ano mais recente da série.

Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o Ensino Fundamental



Meta 2 | Indicador 2B

Percentual da população de 16 anos com o Ensino Fundamental concluído



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

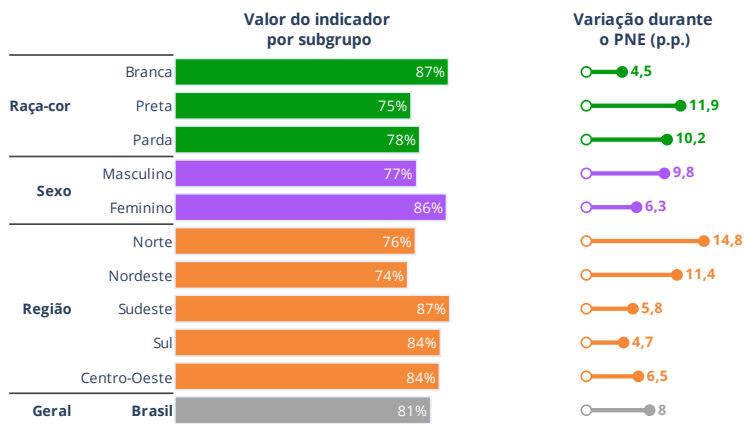
De 2014 a 2021, houve queda no percentual de jovens concluindo o ensino fundamental na idade adequada. No segundo trimestre de 2020, esse percentual era de 81,9%, caindo para 81,1% em 2021.

Com isso, o saldo do período de 2014 a 2021 é de um avanço médio de 1,1 ponto percentual ao ano, menos da metade do que é necessário ao cumprimento da meta no prazo.



Meta 2 | Indicador 2B

Percentual da população de 16 anos com o Ensino Fundamental concluído



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Se o prognóstico de chegarmos a 2024 com a taxa de 95% de jovens de 16 anos tenham concluído o Ensino Fundamental é pouco inspirador dada a evolução até o momento, ao menos os avanços feitos têm sido com redução das desigualdades aqui enfatizadas.

As populações preta e parda têm avançado neste indicador mais do que o dobro do que as populações brancas, de forma a reduzir em boa parte a enorme desigualdade presente em 2014.

O mesmo ocorre com os meninos, que se aproximam, ainda que de forma relativamente lenta, à equiparação com a população do sexo feminino.

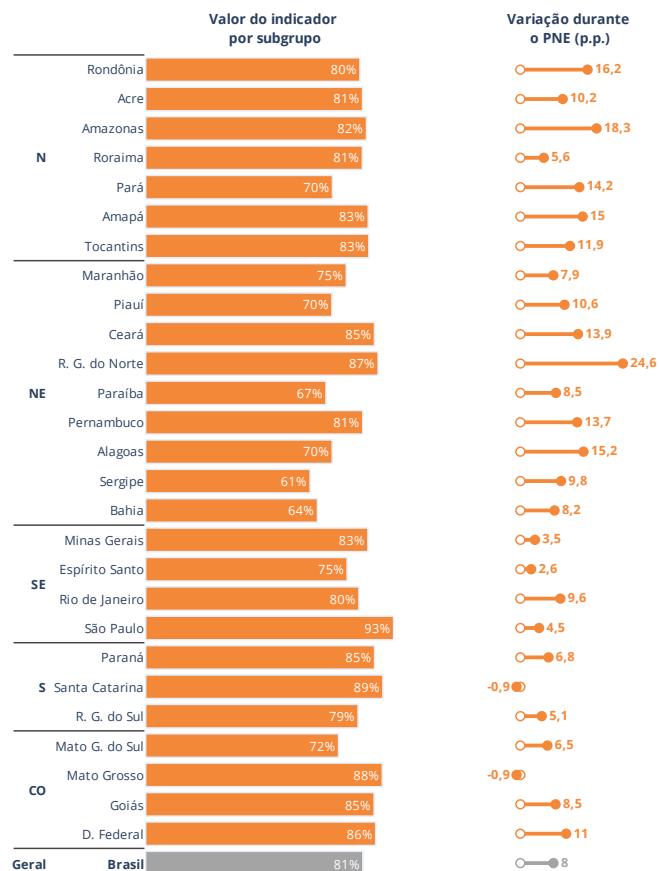


Meta 2 | Indicador 2B

Dentre as unidades federativas, o cenário é menos favorável em relação à redução de disparidades, ainda que traga alentos.

Os estados com os índices mais reduzidos em relação à média nacional, como Pará e Sergipe, têm crescido de forma a se aproximar da mesma. Outros como o Mato Grosso do Sul, no entanto, preocupam por estarem ficando para trás.

Percentual da população de 16 anos com o Ensino Fundamental concluído



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Meta 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

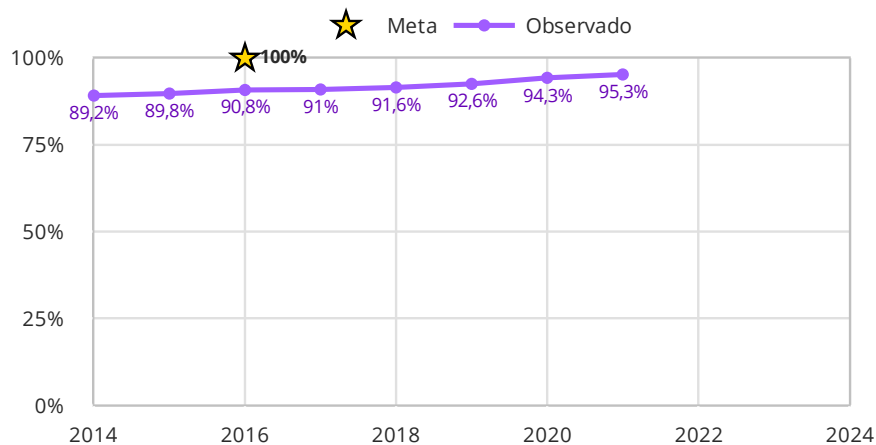
Indicador 3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica

Indicador 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa



Meta 3 | Indicador 3A

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica



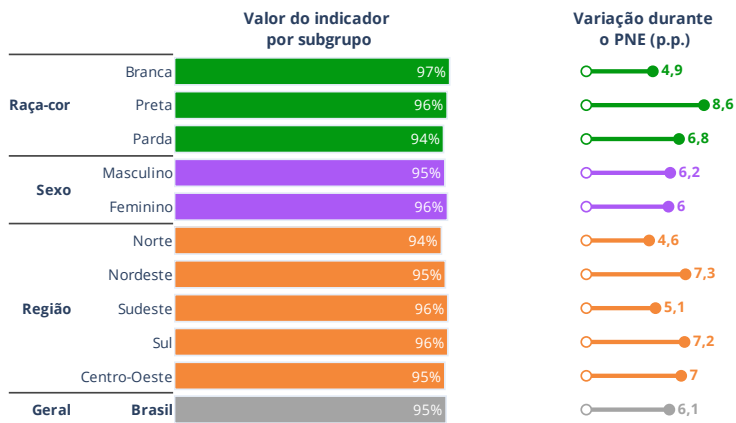
Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O primeiro dispositivo identificado na meta 3 propõe a universalização do acesso à escola na faixa dos 15 aos 17 anos. Apesar de não ter sofrido queda em plena pandemia, este dispositivo se encontra em grave atraso, com um total estimado de 433 mil jovens dessa faixa etária ainda fora da escola 5 anos depois do prazo ter se esgotado.



Meta 3 | Indicador 3A

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A taxa de atendimento em 2021 para a população de 15 a 17 anos encontra-se relativamente equânime entre os recortes analisados, mas isso ocorre após redução do intervalo que havia entre os níveis para as populações preta e parda, assim como para as regiões Nordeste e Sul.

A região Norte, no entanto, tem ficado para trás em relação ao resto do país, tomando o **período de 2014 a 2021** como base.

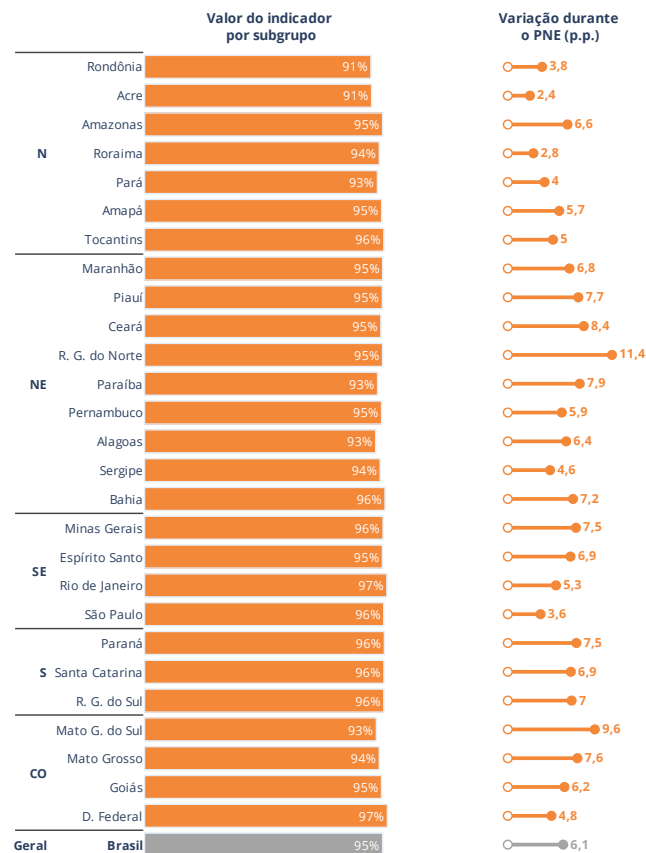


Meta 3 | Indicador 3A

Também é visível o padrão de aproximação entre as unidades federativas, se destacando o forte crescimento localizado no Rio Grande do Sul.

Focalizando na região Norte, vemos que Acre, Rondônia, Roraima e Pará são os casos em que há maior distanciamento negativo em relação à média nacional.

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica

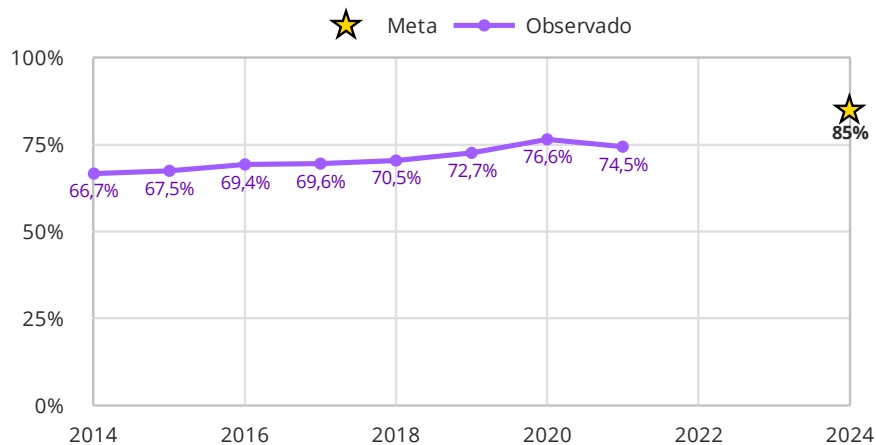


Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Meta 3 | Indicador 3B

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa



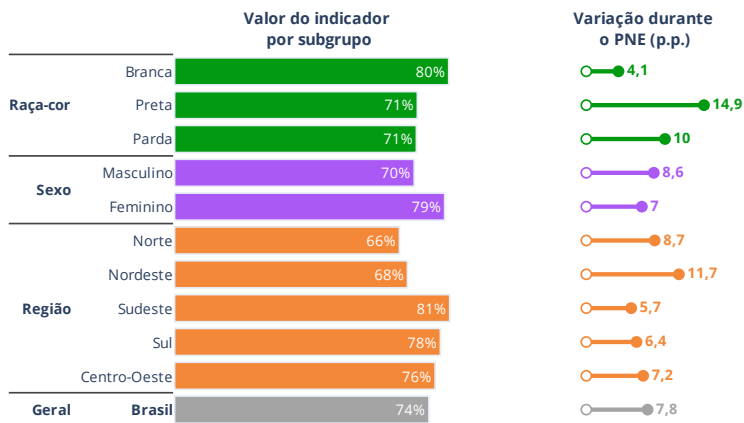
Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A Meta 3 propõe que se atinja uma taxa líquida de frequência ao ensino médio igual a 85% em 2024. Isso significa que, ao final da vigência deste Plano Nacional de Educação, 85% dos jovens de 15 a 17 anos devem estar não apenas frequentando a escola, mas cursando o ensino médio. Entre os anos de 2020 e 2021, houve queda neste indicador, interrompendo uma sequência de altas que ainda não era suficiente para o cumprimento do dispositivo no prazo.



Meta 3 | Indicador 3B

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O mesmo padrão de redução de desigualdades observado no indicador anterior se manifesta quando olhamos para a população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio, que é a etapa adequada para a faixa etária.

Destaca-se o forte crescimento na taxa líquida de escolarização da população preta, que, junto com a população parda, ainda assim precisam de esforços na direção de reduzir sua desigualdade em relação aos brancos

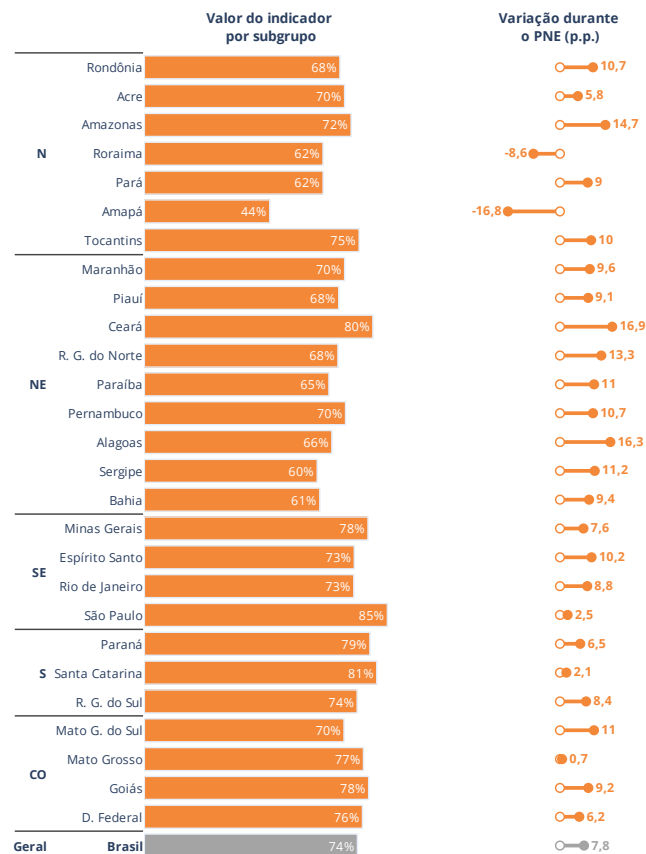


Meta 3 | Indicador 3B

Dentre os estados, destaca-se negativamente o forte recuo na taxa líquida de escolarização no Amapá para a faixa dos 15 aos 17 anos. Também chama atenção o outro caso de queda, o Roraima.

Menos graves, mas ainda negativos, são casos como o Acre, onde o índice cresce abaixo da média nacional, tendo já partido de um ponto abaixo.

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Meta 4

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

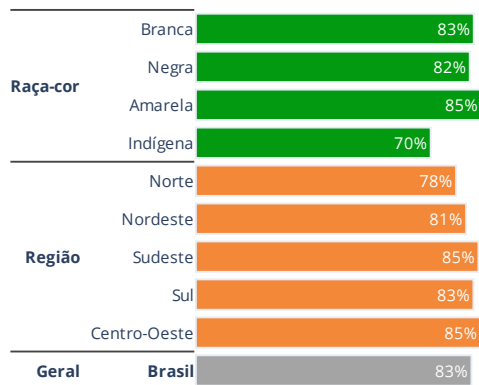
Indicador 4A: Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola (2010)

Indicador 4B: Percentual de alunos de 4 a 17 anos com necessidades especiais que frequentam classes comuns



Meta 4 | Indicador 4A

Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola (2010)



Fonte: Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento do PNE / DIREC - INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

O monitoramento dos dispositivos da meta 4 enfrenta gravíssimos problemas relacionados à falta de informações.

O Censo Demográfico de 2010, melhor fonte de dados disponível, ainda que desatualizada, aponta que, na média, 82,5% da população de 4 a 17 anos com deficiência frequentavam a escola naquele ano.

Por trás dessa média estão desigualdades consideráveis de acordo com a raça-cor autodeclarada do alunado, com o atendimento dos indígenas 13 pontos percentuais abaixo da média, e também com a região, onde é no Norte que se observa o menor nível, a 78%.

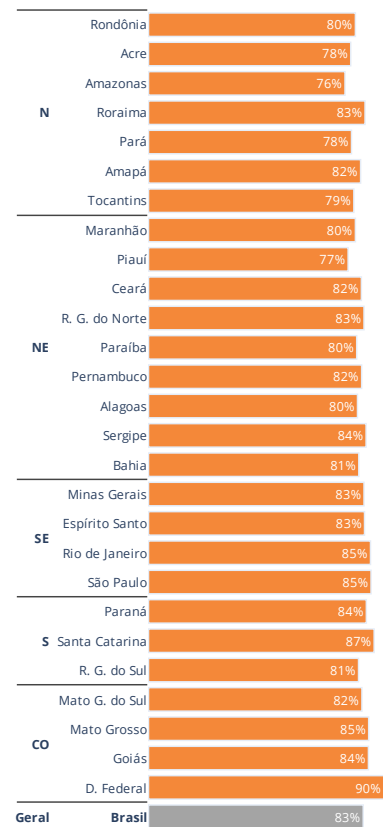


Meta 4 | Indicador 4A

Em 2010, havia considerável variabilidade entre as unidades federativas brasileiras, com o Amazonas 14 pontos percentuais atrás do Distrito Federal neste indicador.

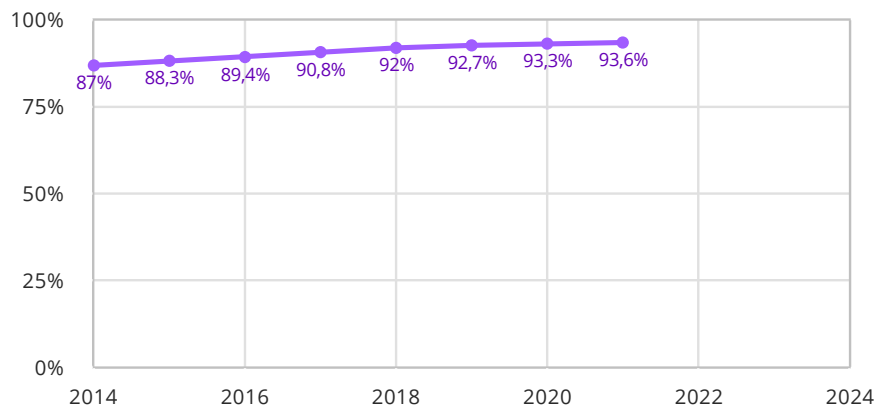
A ausência de dados, no entanto, nos impede de verificar se este desajuste foi sanado.

Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola (2010)



Meta 4 | Indicador 4B

Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que frequentam classes comuns



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

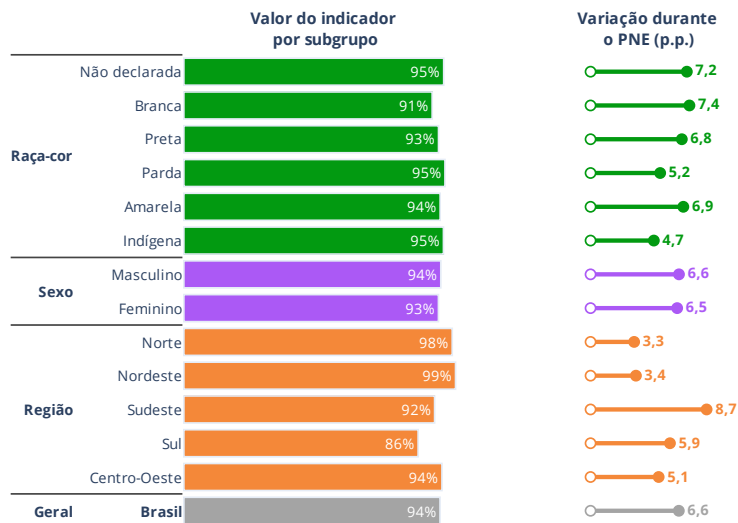
Apesar de não estipular um nível específico como objetivo, a Meta 4 do Plano Nacional de Educação é clara ao enfatizar que o atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ser feito em classes comuns.

É muito positivo, portanto, o aumento observado no período de vigência do Plano, com 6,6 pontos percentuais faltando para que se universalize essa forma de atendimento.



Meta 4 | Indicador 4B

Percentual de alunos de 4 a 17 anos com necessidades especiais que frequentam classes comuns



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Dentre os recortes populacionais **no período de 2014 a 2021**, observa-se aqui uma exceção ao padrão de desfavorecimento das populações não-brancas no atendimento educacional, com essas populações mais próximas ou além da média nacional neste indicador.

As regiões Sul e Sudeste, no entanto, ainda se encontram pronunciadamente aquém do observado nacionalmente em relação ao atendimento em classes comuns, mesmo com os avanços que tiveram no período.

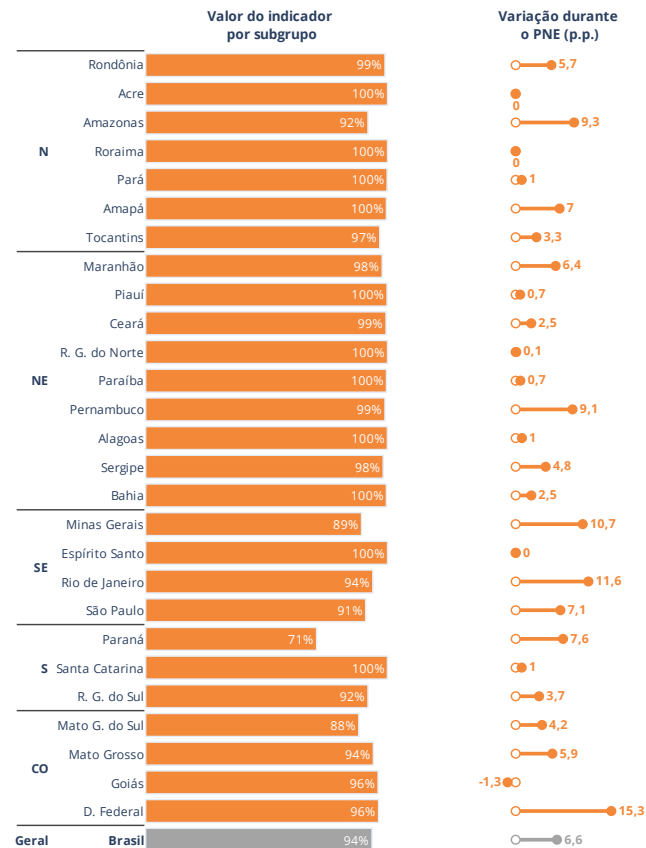


Meta 4 | Indicador 4B

Quando olhamos para os estados e não para a medida mais agregada das regiões, o padrão é relativamente mais favorável em relação à redução de disparidades, com estados onde o atendimento em classes comuns é mais raro avançando, via de regra, mais rápido do que a média nacional.

Destaca-se negativamente, ainda assim, o Paraná, onde apenas 71% dos alunos com necessidades especiais é atendido da forma mais adequada.

Percentual de alunos de 4 a 17 anos com necessidades especiais que frequentam classes comuns



Meta 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Indicador 5A: Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada em leitura

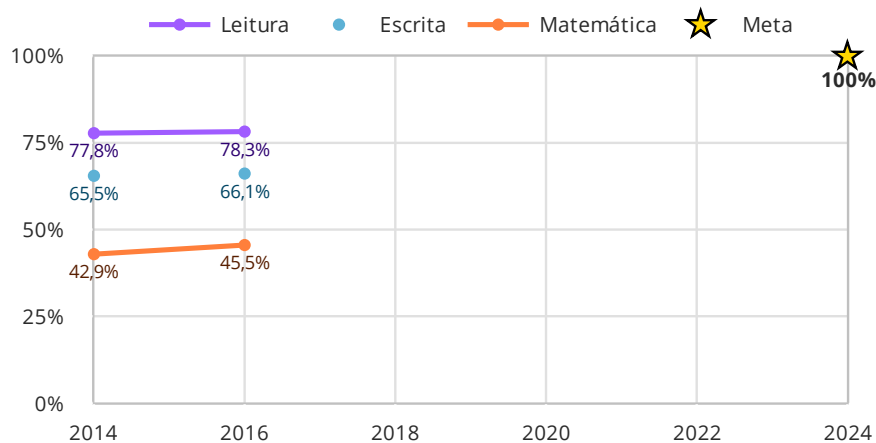
Indicador 5B: Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada em escrita

Indicador 5C: Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada em matemática



Meta 5 | Indicadores 5A, 5B e 5C

Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada



Fonte: ANA / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Para o monitoramento da meta 5, foi usada uma definição de 2015 pelo MEC sobre os níveis adequados de aprendizagem medida pela Avaliação Nacional de Alfabetização - ANA. De acordo com essa métrica, os resultados da avaliação das crianças do 3º ano do ensino fundamental nas áreas de leitura, escrita e matemática apontam, ainda que de forma limitada pelo caráter do exame, níveis distantes dos propostos na Meta 5.

A partir da edição de 2019 do Saeb foi reduzida mais ainda a validade dos resultados disponíveis para o monitoramento da meta 5, uma vez que o exame passou a ser aplicado no 2º ano do ensino fundamental, e não no 3º ano, que é a etapa referida pelo PNE.

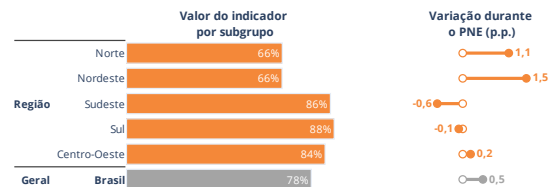


Meta 5 | Indicadores 5A, 5B e 5C

Analisando o desempenho pelas regiões **nos anos de 2014 e 2016**, nota-se uma forte desvantagem dos alunos das regiões Nordeste e Norte, chegando a estar quase 20 pontos percentuais abaixo da média na habilidade matemática.

As avaliações de escrita de 2014 e 2016 são suficientemente diferentes para não serem diretamente comparáveis, ainda que ali as diferenças tenham sido numericamente maiores.

Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada em leitura



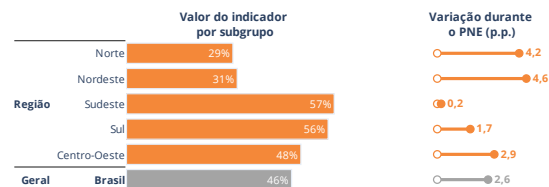
Fonte: ANA / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada em escrita



Fonte: ANA / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada em matemática



Fonte: ANA / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação



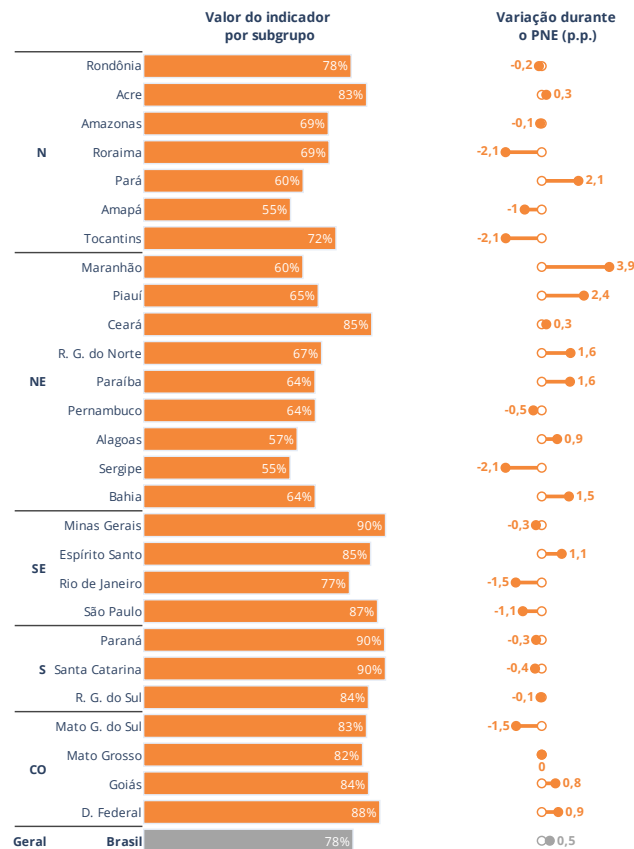
Meta 5 | Indicador 5A

Ao olhar mais granularmente, por estados, vemos repetição do padrão de desigualdade dentro das regiões Norte e Nordeste.

Na região Norte, Acre e Amapá diferem em 28 p.p. na proficiência em leitura, da forma como é possível medir pela avaliação de alfabetização.

Já no Nordeste, Ceará e Sergipe são os casos extremos, sendo que Sergipe demonstra queda.

Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada em leitura

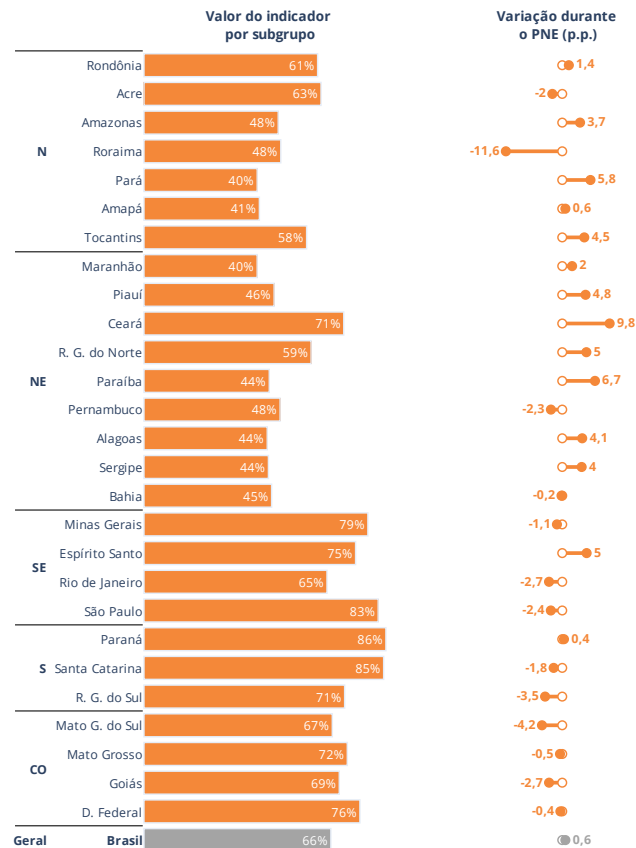


Meta 5 | Indicador 5B

Na habilidade de escrita, há uma maior homogeneidade em relação à habilidade de leitura dentro de cada região, mas as disparidades ainda são significativas.

Chama a atenção o caso de Roraima, que teve queda no curto período coberto pela ANA.

Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada em escrita



Fonte: ANA / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

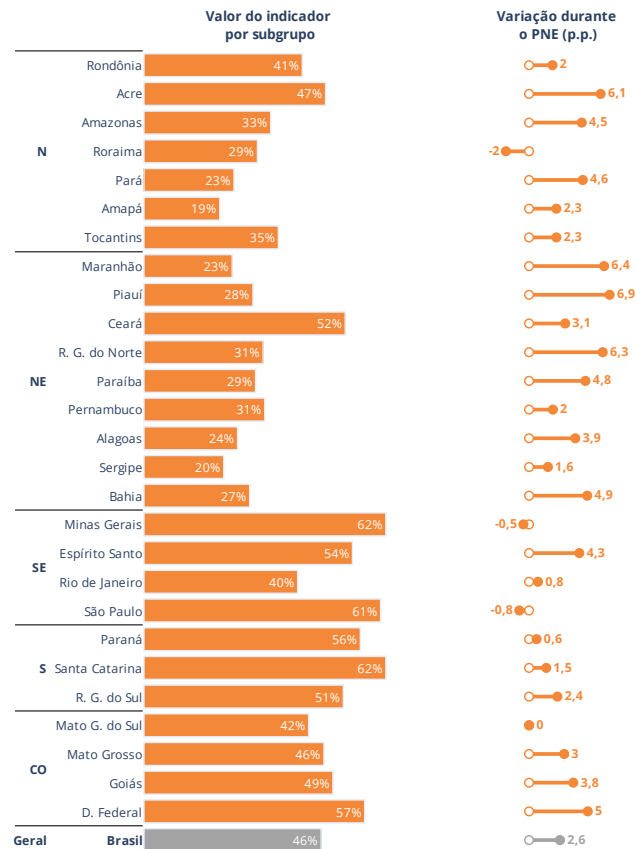


Meta 5 | Indicador 5C

Já em matemática, ocorrem em alguns estados os índices mais baixos de proficiência medida pela avaliação.

Novamente, há uma queda em Roraima, além de Minas Gerais e em São Paulo, ainda que estes dois últimos casos ainda apresentem níveis acima da média em 2016.

Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada em matemática



Fonte: ANA / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação



Meta 6

Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

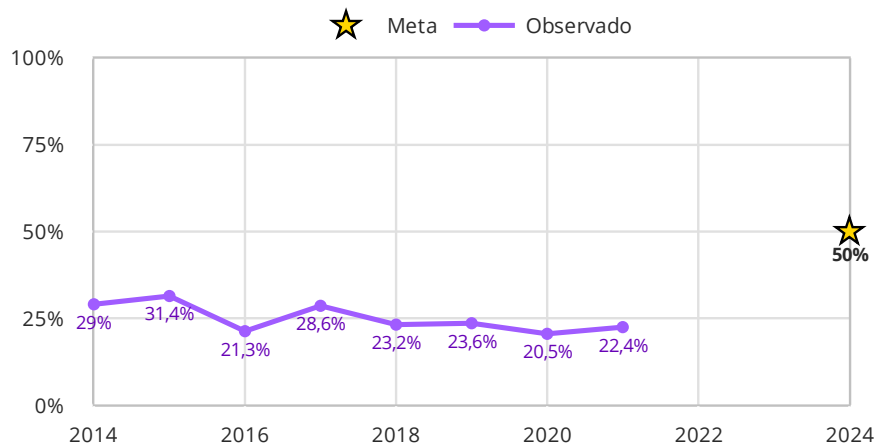
Indicador 6A: Percentual de escolas públicas da Educação Básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral

Indicador 6B: Percentual de alunos da Educação Básica pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral



Meta 6 | Indicador 6A

Percentual de escolas públicas que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

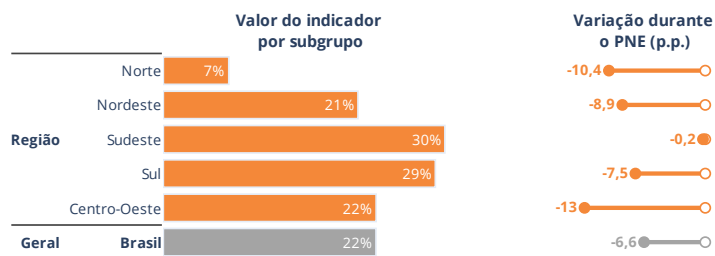
A meta 6 apresenta uma das situações mais graves em relação ao seu cumprimento, apresentando queda em seus 2 indicadores de monitoramento entre 2014 e 2021, ao invés de subir.

Se em 2014 haviam 42.665 escolas e 6,5 milhões de matrículas com jornada em tempo integral, em 2020/2021 os números haviam caído para 30.454 escolas, significando uma perda de cerca de 10 mil escolas ofertantes desse formato.



Meta 6 | Indicador 6A

Percentual de escolas públicas da Educação Básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Com exceção do Sudeste, há uma forte queda **entre 2014 e 2021** em todas as regiões na cobertura de atendimento em tempo integral nas escolas.

Nordeste e Norte apresentam quedas acima da média, chegando a níveis inferiores ao nacional após estas – no caso do Norte, já se partiu de um ponto inferior, o que é especialmente grave.

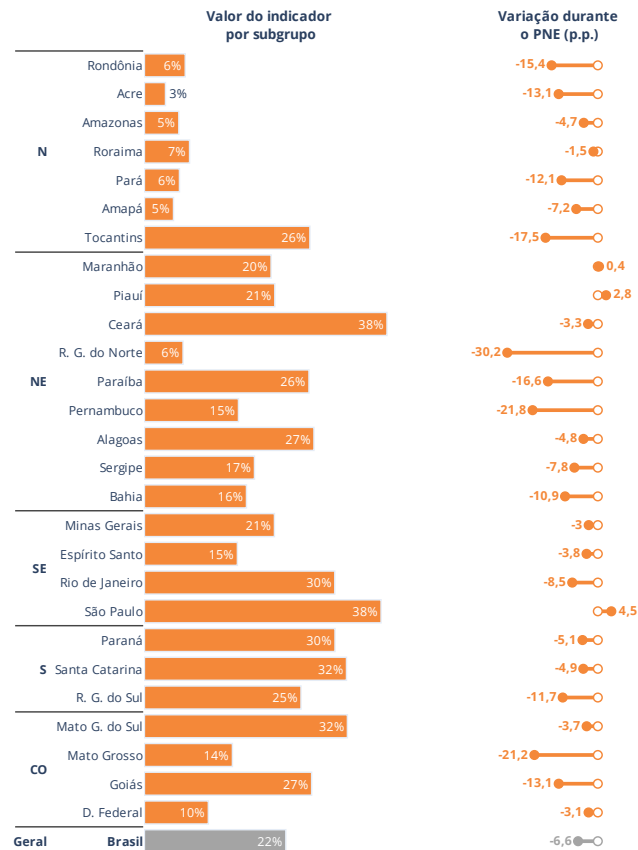


Meta 6 | Indicador 6A

Olhando dentro das regiões, podemos ver o quão baixos são os índices de escolas atendendo em tempo integral na região Norte. Dos 7 estados, apenas o Tocantins se destaca positivamente, enquanto o restante dos estados se encontra abaixo do nível de 10%.

Também chama a atenção que apenas São Paulo, Maranhão e Piauí mostram crescimento neste indicador, com o Rio Grande do Norte, Pernambuco e Mato Grosso tendo quedas fortíssimas que os deixam abaixo da média nacional.

Percentual de escolas públicas da Educação Básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público alvo da ETI em jornada de tempo integral

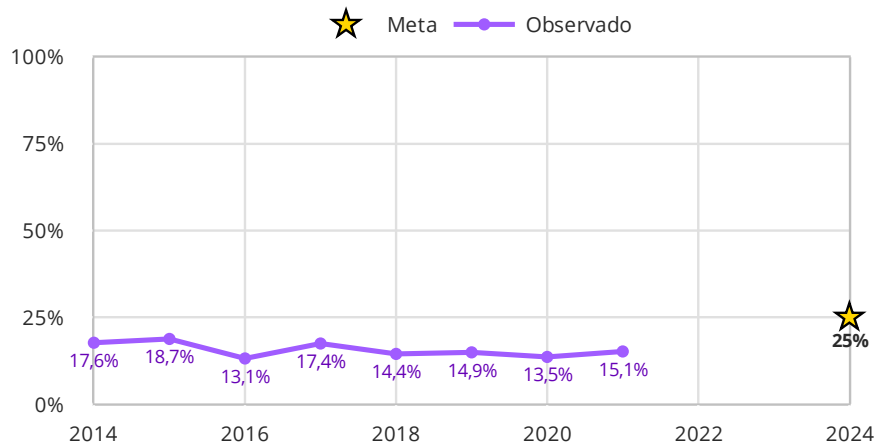


Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação



Meta 6 | Indicador 6B

Percentual de alunos da rede pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

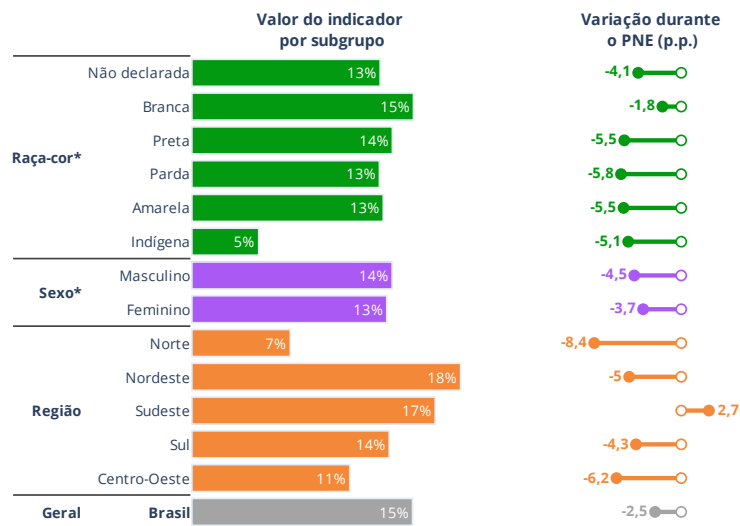
No período de 2014 a 2021, houve uma perda de mais de um milhão de matrículas em jornada de tempo integral, indo de aproximadamente 6,5 para 5,3 milhões.

Em ambos os indicadores da Meta 6, observa-se também significativa oscilação na oferta de educação em tempo integral, o que pode ser atribuído pelo menos em parte a problemas de continuidade nas políticas voltadas a esse tipo de atendimento durante o período.



Meta 6 | Indicador 6B

Percentual de alunos da Educação Básica pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação
* Dados disponíveis apenas até o ano de 2020.

Entre os alunos, podemos ver a desigualdade sofrida pela população indígena, que em 2020 -- último ano para o qual foi possível obter dados, falha a tentativa de obtenção dos insumos de cálculo via Lei de Acesso à Informação -- estava 10 pontos percentuais abaixo da média nacional, a baixíssimos 5%. Também é visível a produção de um desfavorecimento das populações não-brancas, que sofreram impacto desproporcional no desatendimento.

Aqui também se manifesta o prejuízo dos alunos da região Norte, observado em relação à proporção de escolas que atendem neste formato.



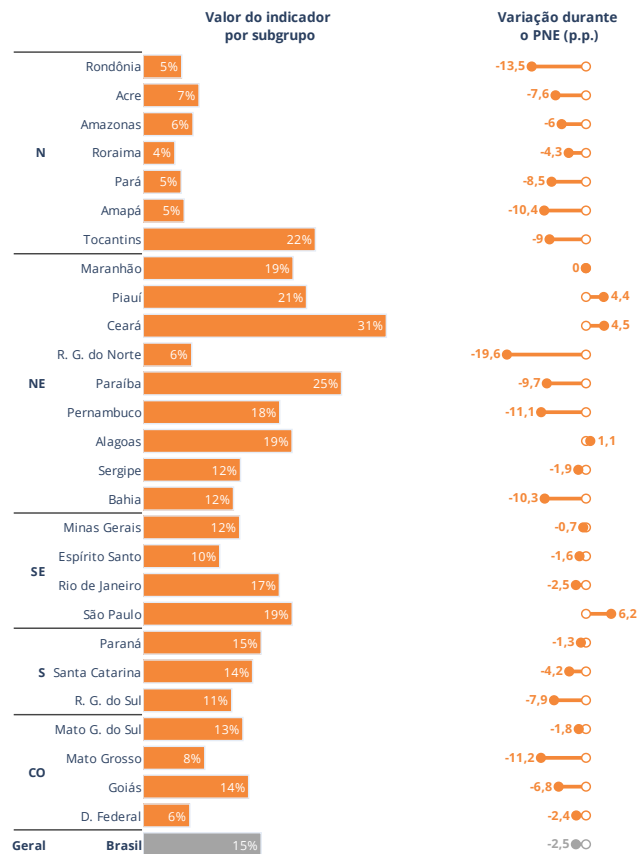
Meta 6 | Indicador 6B

Como ocorre em relação às escolas, também há uma forte desvantagem de todos os estados do Norte em relação a Tocantins e, via de regra, o resto do país.

Refletem a queda na cobertura de escolas as quedas massivas de alunos atendidos em tempo integral no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Mato Grosso.

Novamente, São Paulo é um dos poucos estados que manifesta alta no indicador, compondo evidência de associação com o fim do Mais Educação e sua substituição pelo Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Percentual de alunos da Educação Básica pública que pertencem ao público alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral



Meta 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

Metas					
	2013	2015	2017	2019	2021
A. Iniciais	4.9	5.2	5.5	5.7	6
A. Finais	4.4	4.7	5	5.2	5.5
E.Médio	3.9	4.3	4.7	5	5.2

Indicador 7A: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Iniciais

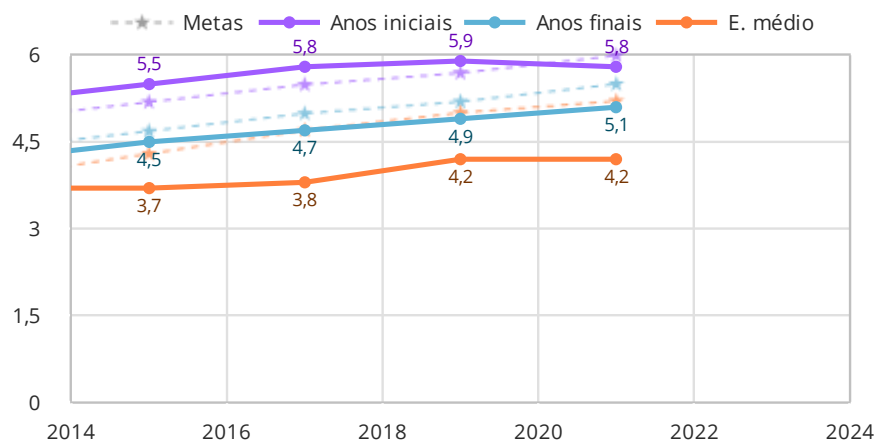
Indicador 7B: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Finais

Indicador 7C: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Ensino Médio



Meta 7 | Indicadores 7A a 7C

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)



Fonte: Ideb / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Para a preservação da saúde e da vida da população nacional em meio à pandemia, foram necessárias interrupções no atendimento presencial nas escolas do país. Isso impactou de formas diferentes cada etapa de ensino, com os Anos Iniciais sofrendo mais do que as outras e ficando abaixo da meta pela primeira vez desde o início da vigência do PNE.

É importante reconhecer o esforço e o mérito do professorado e da comunidade escolar na contenção dos danos nesse período, assim como envidar recursos e esforços rumo a condições adequadas de recuperação dos prejuízos nos próximos anos. A retomada no cumprimento do Plano é um ótimo caminho para tal.



Meta 7 | Indicadores 7A a 7C

Dentre as etapas educacionais, é possível ver que houve uma forte redução de desigualdade nos Anos Iniciais entre as regiões, com o Sudeste estagnado após o impacto da pandemia.

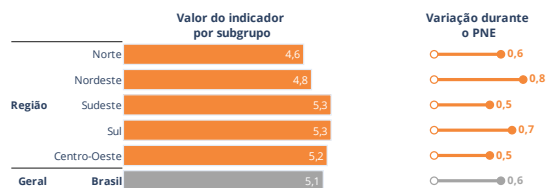
Esta redução é menos pronunciada, mas ainda presente, nos Anos Finais, porém o padrão se reverte no Ensino Médio.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Iniciais



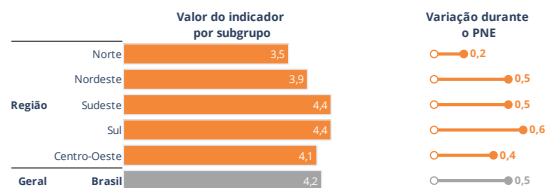
Fonte: Ideb / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Finais



Fonte: Ideb / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Ensino Médio



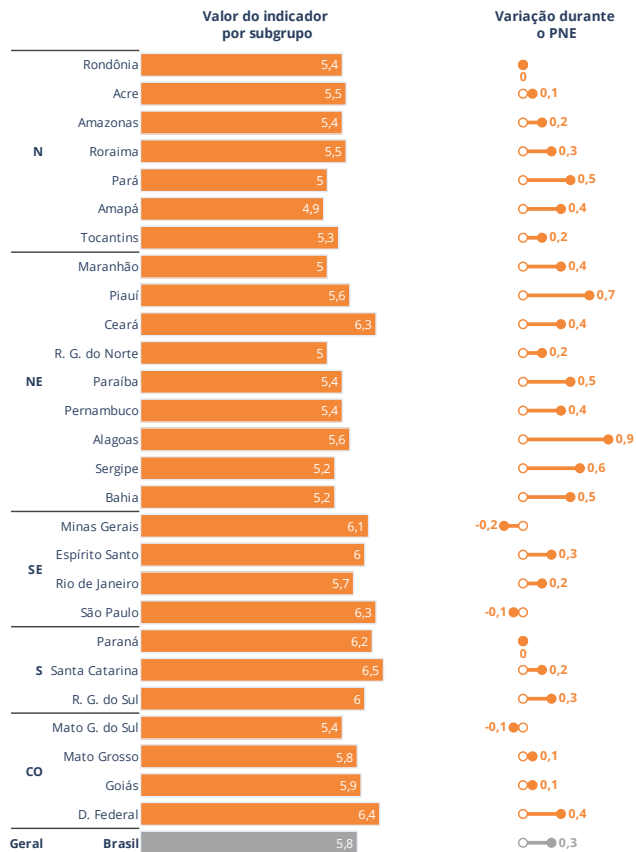
Fonte: Ideb / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação



Meta 7 | Indicador 7A

Com o detalhamento por estados, podemos ver queda em São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul no Ideb dos Anos Iniciais. Mais grave é o caso do último dentre estes, que já partiu de um nível inferior no começo do Plano e está abaixo da média, em tendência de distanciamento.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Iniciais

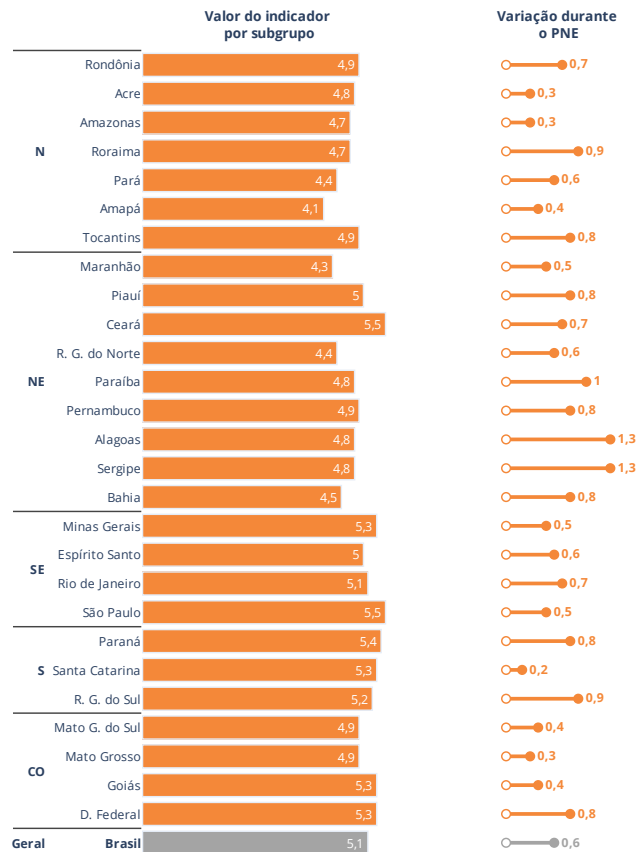


Meta 7 | Indicador 7B

Já nos Anos Finais, é pronunciado o avanço de Sergipe e Alagoas, que se aproximam da média nacional com 1.3 p.p. desde o início do PNE.

O Amapá, por outro lado, se distancia da mesma enquanto apresenta os níveis mais baixos do país.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Anos Finais

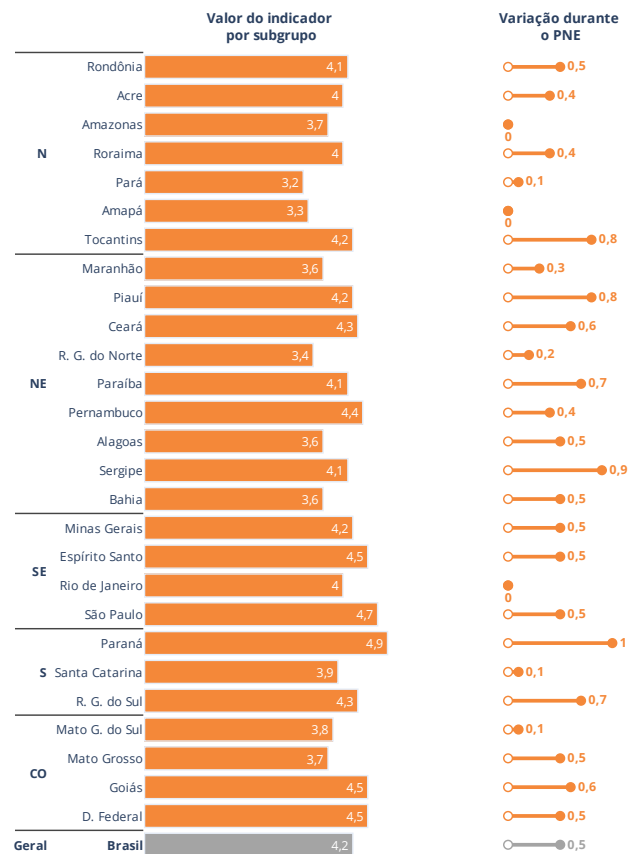


Meta 7 | Indicador 7C

No Ensino Médio, observa-se estagnação nos estados do Amazonas, Amapá e Rio de Janeiro, com situação não mais favorável em Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Todos estes casos são de estados onde o índice está abaixo do observado nacionalmente.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Ensino Médio



Meta 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Indicador 8A: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos - Campo

Indicador 8B: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos - 25% mais pobres

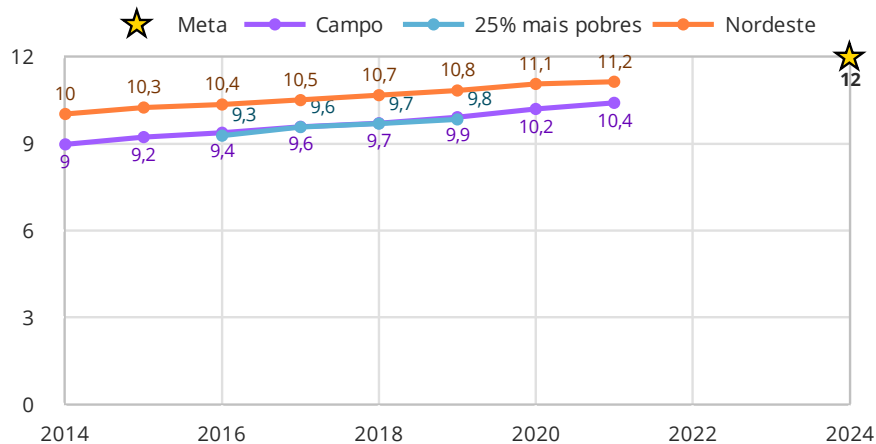
Indicador 8C: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos - Nordeste

Indicador 8D: Escolaridade média, em anos de estudo, da população negra de 18 a 29 anos, como porcentagem da média dos não-negros



Meta 8 | Indicadores 8A a 8C

Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos



Fonte: PNAD Contínua e PNADC - Educação / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

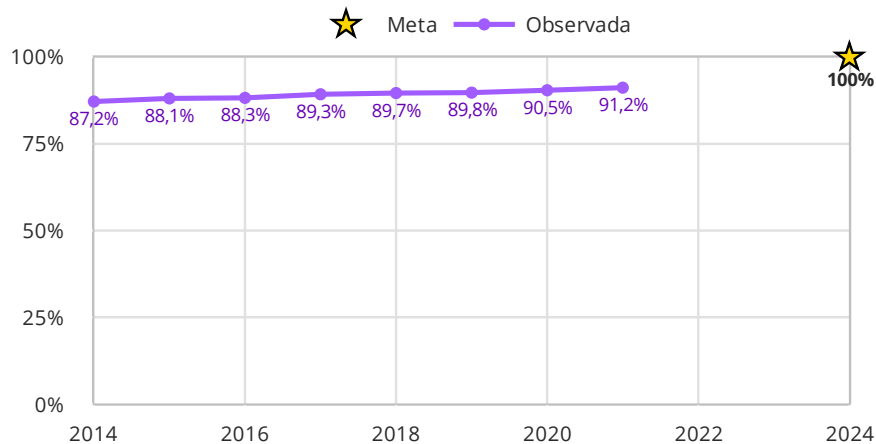
A meta 8 tem tido diferentes níveis de sucesso entre seus dispositivos. Se, por um lado, nenhum indicador tenha sofrido queda a partir de 2020 ou 2019, por outro, nenhum deles está avançando o suficiente para ser cumprido no prazo.

Dentre os indicadores relacionados ao aumento absoluto da escolaridade média, em anos de estudo, o cenário mais favorável é observado no Nordeste, enquanto a população no ¼ mais pobre observa o mais lento avanço.



Meta 8 | Indicador 8D

Escolaridade média, em anos de estudo, da população negra de 18 a 29 anos, como porcentagem da média dos não-negros



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

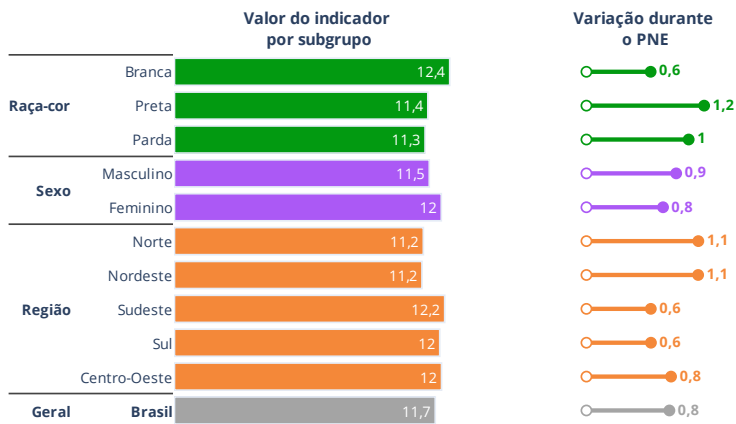
Ao contrário dos outros dispositivos na Meta 8, aquele relativo à escolaridade média da população negra é relativo ao observado para os não-negros, e não absoluto, e prevê a equiparação de ambas até 2024, último ano do Plano.

O indicador relativo a este dispositivo mostra tímido avanço e é aquele com o maior risco de não ser cumprido dentre o que está disposto nesta meta.



Meta 8 | Indicador 8

Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Ao analisar a escolaridade média, em anos de estudo, nos recortes populacionais, vemos redução das disparidades de raça-cor, sexo e região presentes em 2014.

Entre os pretos e os pardos, a escolaridade média aumentou em aproximadamente o dobro do observado para os brancos, o mesmo valendo para as regiões Norte e Nordeste em relação a Sudeste e Sul.

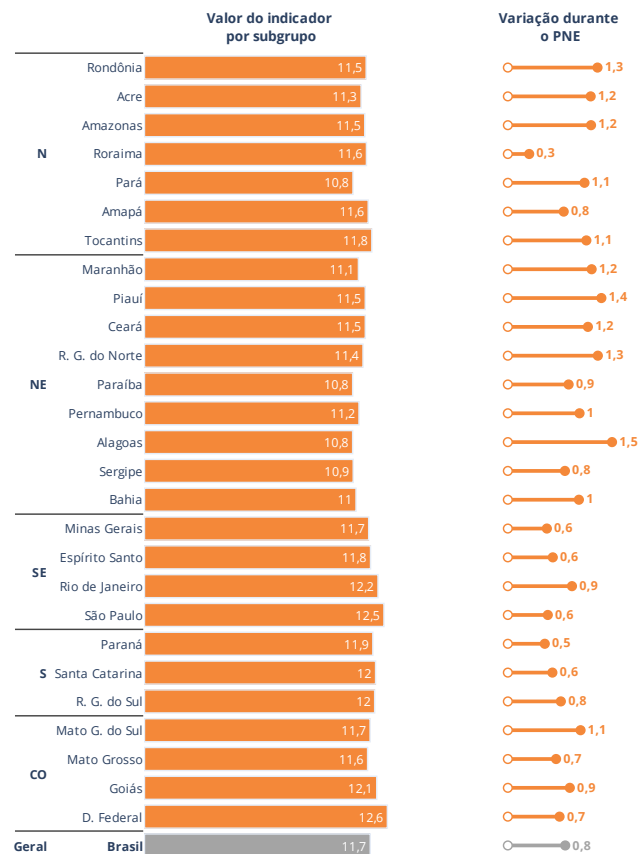


Meta 8 | Indicador 8

Dentre os estados, há uma disparidade considerável, dado que nos 7 anos da série de tempo se progrediu, em média, menos do que a diferença entre o maior e o menor nível observado – entre o Distrito Federal e Pará, Alagoas e a Paraíba.

Alagoas, tendo o menor índice ao começo da vigência do Plano, teve o maior crescimento.

Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Meta 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional

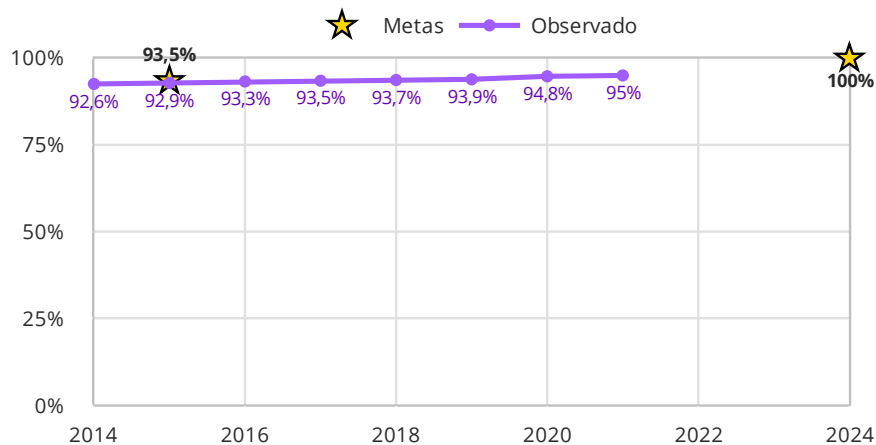
Indicador 9A: Porcentagem de pessoas que declaram saber ler e escrever

Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional na população de 15 a 64 anos



Meta 9 | Indicador 9A

Porcentagem de pessoas que declaram saber ler e escrever



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

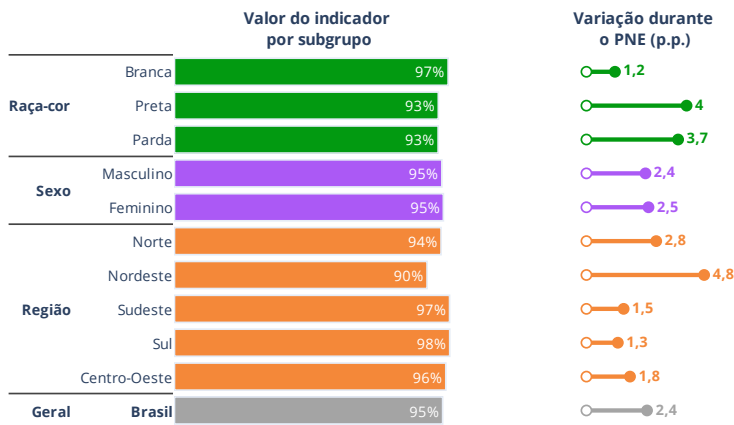
Como acontece em outros dispositivos do Plano Nacional de Educação, a taxa de 93,5% esperada para a alfabetização dos brasileiros em 2015 não foi cumprida no prazo. Só 2 anos depois, em 2017, isso aconteceu.

Sem uma aceleração, a perspectiva é que o objetivo de universalização estabelecido para 2024 também não seja cumprido no prazo. Até lá, é preciso garantir o direito à educação que foi até agora negado a essas pessoas, que são quase 9 milhões, um contingente maior do que a população de muitos países.



Meta 9 | Indicador 9A

Porcentagem de pessoas que declaram saber ler e escrever



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A redução do analfabetismo absoluto entre 2014 e 2021 se deu com redução da desigualdade de acordo com raça-cor, tendo havido forte redução dentre a população preta, assim como entre os pardos.

A taxa de alfabetismo ainda é alta, no entanto, no Nordeste e, em menor medida, no Norte, ainda que essas sejam as localidades onde mais se avançou nesse sentido.

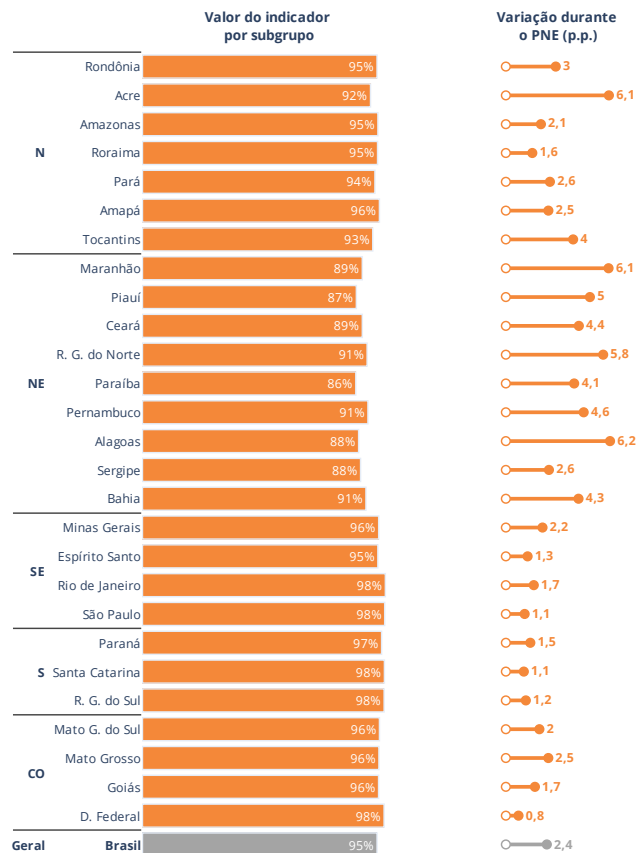


Meta 9 | Indicador 9A

Dentro da região Nordeste, onde estão as maiores taxas de analfabetismo absoluto, todos os estados progrediram a níveis acima da média nacional no período, com destaque para Alagoas, Rio Grande do Norte e Maranhão.

Na região Norte, por sua vez, destaca-se o progresso do Acre, que também se aproxima da média nacional a partir de um nível abaixo da mesma.

Porcentagem de pessoas que declaram saber ler e escrever

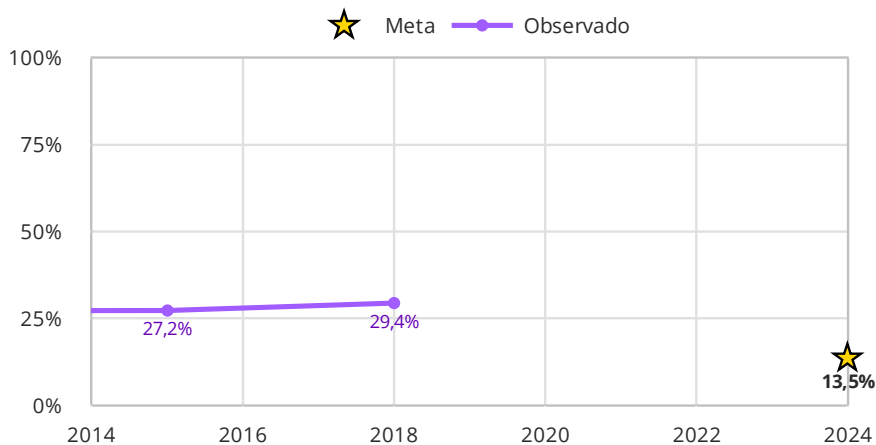


Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Meta 9 | Indicador 9B

Taxa de analfabetismo funcional na população de 15 a 64 anos



Fonte: Inaf / Instituto Paulo Montenegro e Ação Educativa.

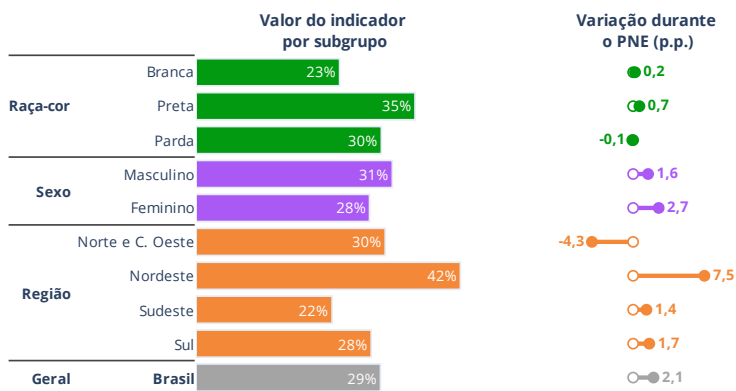
Pior ainda é o quadro do analfabetismo funcional, que avançou, quando deveria regredir. É necessária uma redução de mais de 15 pontos percentuais da taxa atual até 2024, fim do período de vigência do PNE.

Uma das ações que caminharam contra a reversão desse cenário foi o desmonte do programa Brasil Alfabetizado, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa era uma porta de acesso à cidadania e ao despertar do interesse pela elevação da escolaridade.



Meta 9 | Indicador 9B

Taxa de analfabetismo funcional na população de 15 a 64 anos



Fonte: Inaf / Instituto Paulo Montenegro e Ação Educativa.

Analisando em recortes, destaca-se negativamente o movimento da taxa de analfabetismo funcional na região Nordeste, que teve forte alta, já partindo de um nível que estava acima da média em 2015.

Também é negativa a relativa estagnação dentre as populações de cada raça-cor, de modo que persistem as disparidades com desvantagem para pretos e pardos.



Meta 10

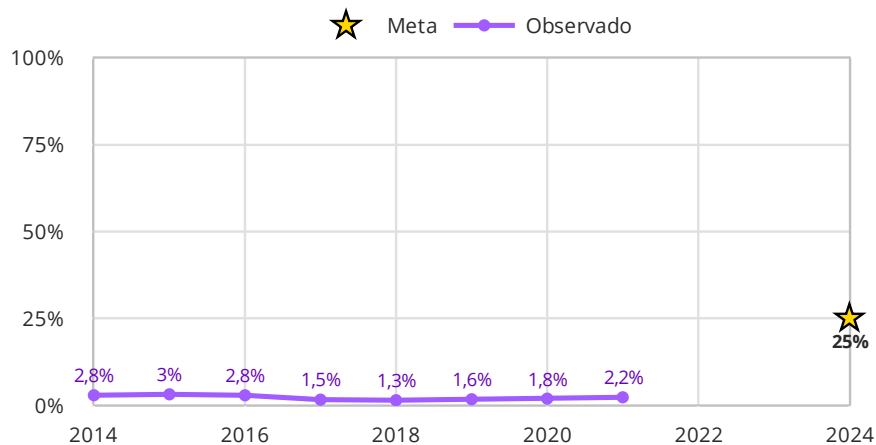
Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.

Indicador 10: Percentual de matrículas de EJA integradas à educação profissional



Meta 10 | Indicador 10

Percentual de matrículas de EJA integradas à educação profissional



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

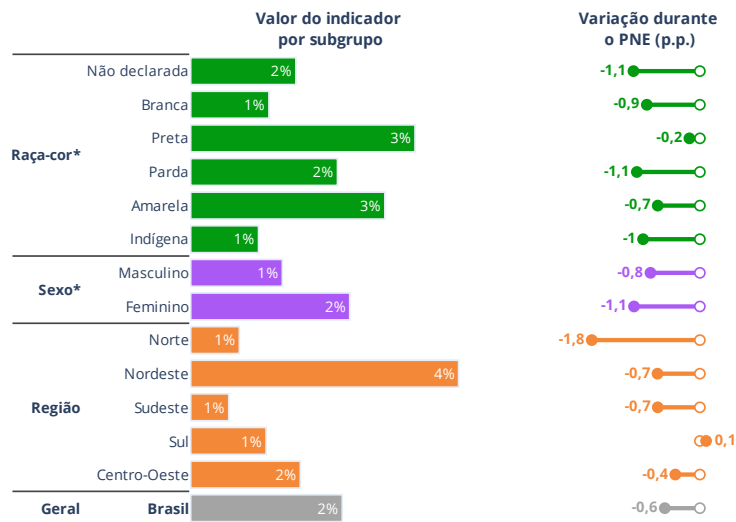
O indicador de monitoramento da meta 10 denuncia, junto aos indicadores da meta 9, o abandono da educação de jovens e adultos (EJA) por parte dos governos. No ano de 2021, apenas 2,2%, ou 64.945 das 2.962.322 matrículas de EJA eram integradas à profissionalização, um percentual abaixo dos já distantes 2,8% observados no início do Plano.

O direito à educação é universal e não pode ser negado àqueles que não puderam acessá-lo na idade ideal. Mais do que isso, é preciso atentar ao contexto e às necessidades específicas da população adulta ao prover esse direito.



Meta 10 | Indicador 10

Percentual de matrículas de EJA integradas à educação profissional



As maiores disparidades no indicador da Meta 10 estão presentes entre as diferentes regiões, com o Sudeste aproximadamente 3 p.p. atrás do Nordeste, região com os níveis mais elevados – ainda que também em queda em relação a 2014.

Quanto a raça-cor e sexo, apenas o período de 2014 a 2020 está disponível, dado o fracasso na obtenção dos dados através da Lei de Acesso à Informação. Neste período, a queda foi mais acentuada entre as meninas e a população parda.

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

* Dados disponíveis apenas até o ano de 2020.



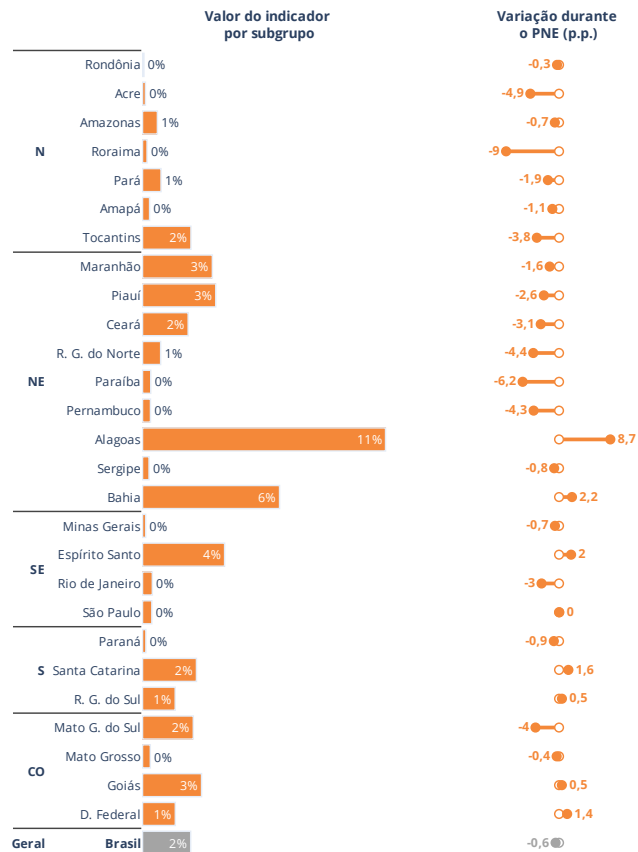
Meta 10 | Indicador 10

Dentro da região Nordeste, há também uma forte disparidade entre os estados, com Alagoas e, em menor magnitude, Bahia, apresentando níveis muito acima de outros como Sergipe, Pernambuco e Paraíba.

Além disso, Bahia e Alagoas são os que mais cresceram entre 2014 e 2021, dentre as poucas unidades federativas que o fizeram.

Chama a atenção quedas acentuadas como as de Roraima e Paraíba no período.

Percentual de matrículas de EJA integradas à educação profissional



Meta 11

Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

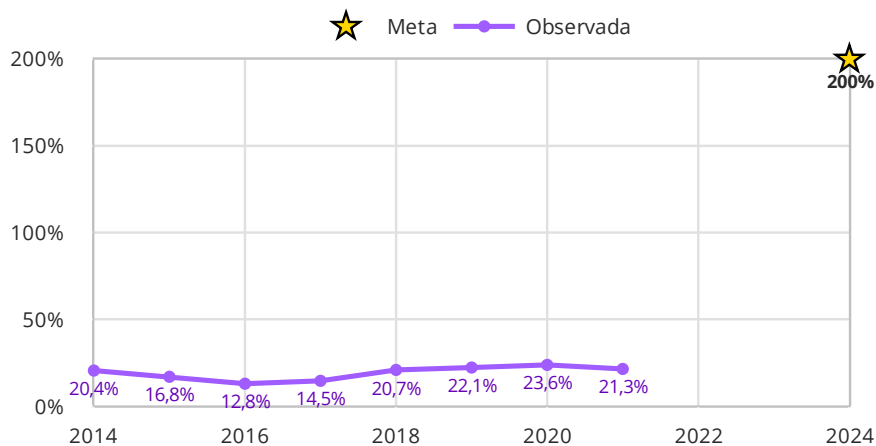
Indicador 11A: Expansão em relação a 2013

Indicador 11B: Participação da rede pública na expansão das matrículas na EPTNM



Meta 11 | Indicador 11A

Expansão nas matrículas em EPTNM em relação a 2013



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

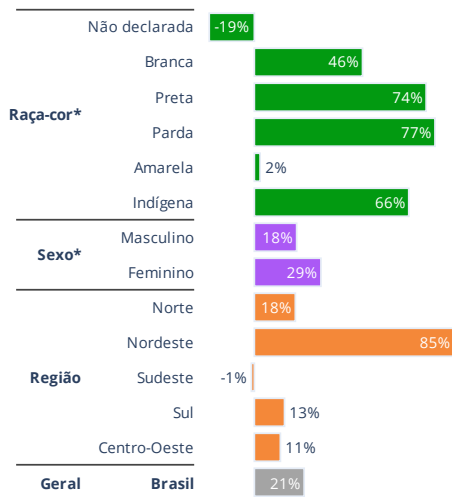
Em média, as matrículas em EPTNM têm crescido anualmente a um ritmo de cerca de 40 mil matrículas, muito aquém das 296 mil anuais necessárias para cumprir o previsto no Plano Nacional de Educação até 2024.

Formalmente, a reforma do ensino médio imposta via medida provisória em 2016 trouxe, com a inclusão da formação técnica e profissional entre os possíveis “itinerários formativos” para a etapa, a possibilidade de uma expansão acelerada de matrículas que se aproxime do objetivo estabelecido na meta 11. No entanto, essa expansão vem acompanhada de graves problemas, como em relação à manutenção da qualidade prevista no texto do Plano.



Meta 11 | Indicador 11A

Expansão das matrículas em EPTNM em relação a 2013



Durante a vigência do PNE, a expansão da EPTNM se deu principalmente entre estudantes do sexo feminino. Em relação à raça-cor, o avanço é difícil de separar da variação, ao longo do tempo, na taxa de alunos com raça-cor declarada no Censo Escolar, mas ainda assim chama a atenção a estagnação nas matrículas de alunos amarelos.

Entre as regiões, destaca-se o fato de que apenas o Nordeste teve uma evolução considerável, dado o objetivo nacional de triplicar o número de matrículas, enquanto na região Sudeste o total de matrículas caiu em vez de aumentar.

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

* Dados disponíveis apenas até o ano de 2020.

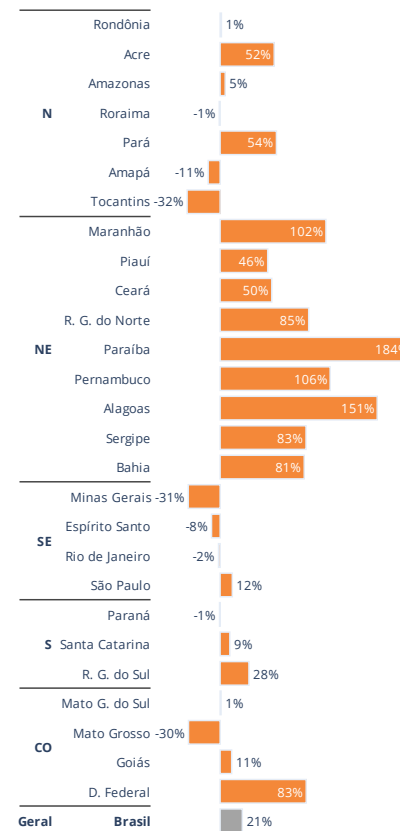


Meta 11 | Indicador 11A

Analisando por unidades federativas, constata-se um cenário ainda mais preocupante, uma vez que em 8 unidades federativas houve queda em relação a 2013, ano de referência. Desses casos, a queda foi mais acentuada em Minas Gerais, Mato Grosso e Tocantins.

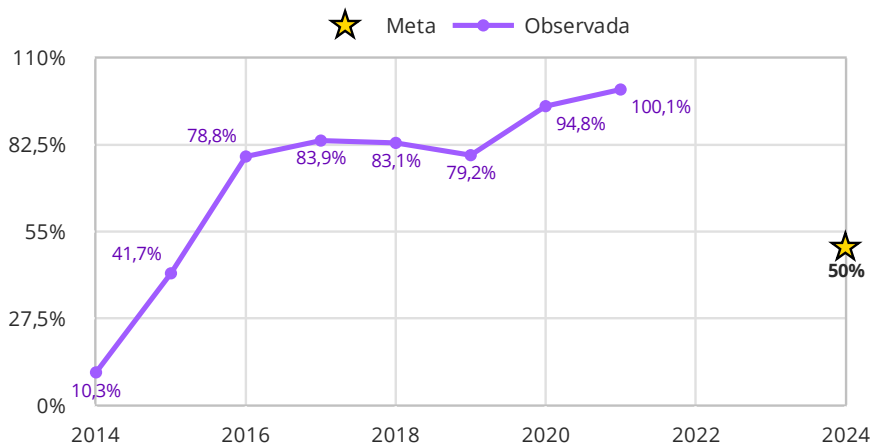
Apenas no Nordeste houve aumento de matrículas em todos os estados, e é na região que se encontram as maiores variações, com a Paraíba tendo um aumento de 184% e Alagoas um aumento de 151%.

Expansão das matrículas em EPTNM em relação a 2013



Meta 11 | Indicador 11B

Participação da rede pública na expansão das matrículas na EPTNM



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Em relação a 2013, último ano com dados conhecidos quando da aprovação do PNE e sua meta 11, a educação profissional técnica de nível médio (EPTNM) cresceu exclusivamente na rede pública, que chegou, em 2021, a 316 mil novas matrículas, enquanto a rede privada encolheu em 223 matrículas durante a vigência do Plano.

É por isso que o valor do indicador de participação da rede pública na expansão é superior a 100%.



Meta 12

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Indicador 12A: Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos

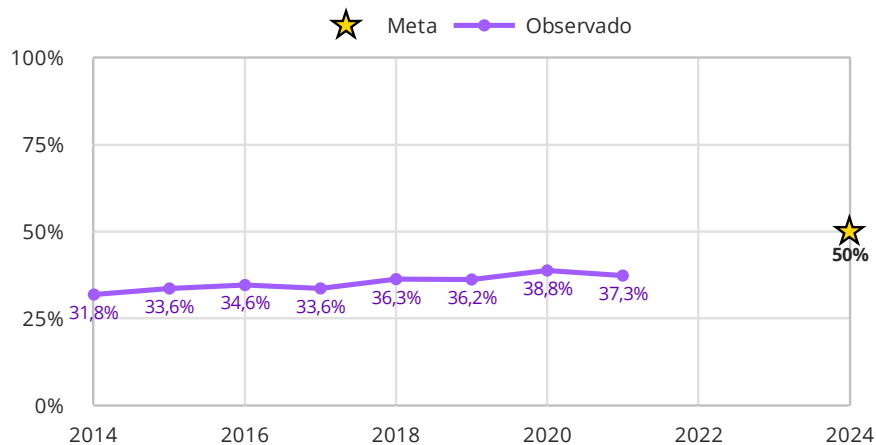
Indicador 12B: Percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação

Indicador 12C: Participação da rede pública na expansão das matrículas no Ensino Superior



Meta 12 | Indicador 12A

População que frequenta ou já concluiu cursos de graduação em relação à população de 18 a 24 anos



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

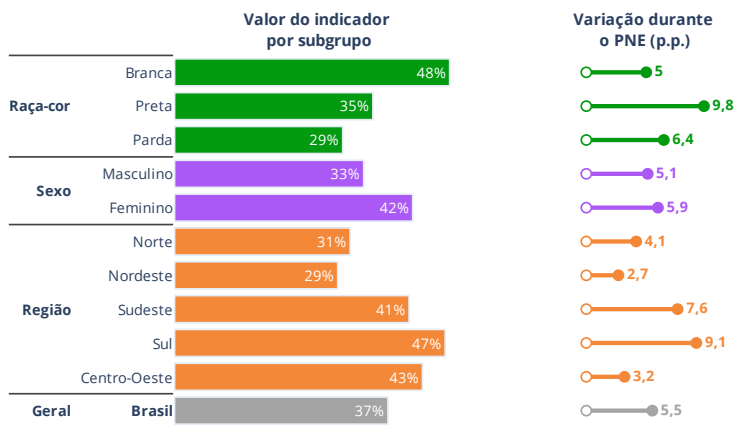
Para o cumprir a meta 12, é preciso que em 2024 o número de **pessoas de qualquer idade** que frequentam ou já concluíram cursos de graduação seja igual a 50% do total de pessoas de 18 a 24 anos.

Isso já demandava um aumento do ritmo de avanço observado até 2020, e o cenário ficou ainda mais grave em 2021, com a queda de 1,5 ponto percentual em relação ao ano anterior.



Meta 12 | Indicador 12A

Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

É importante ressaltar a queda na desigualdade de acesso à educação superior por parte de pretos e pardos no período de 2014 a 2021, ainda que persista a diferença significativa entre os grupos, com desvantagem grande de pretos e pardos em relação à população branca.

Já entre os sexos, manteve-se relativamente estática a distância no acesso, com menor nível observado entre os homens.

Entre as regiões, por sua vez houve aumento, e não redução nas desigualdades, com Norte e Nordeste se distanciando negativamente da média nacional.

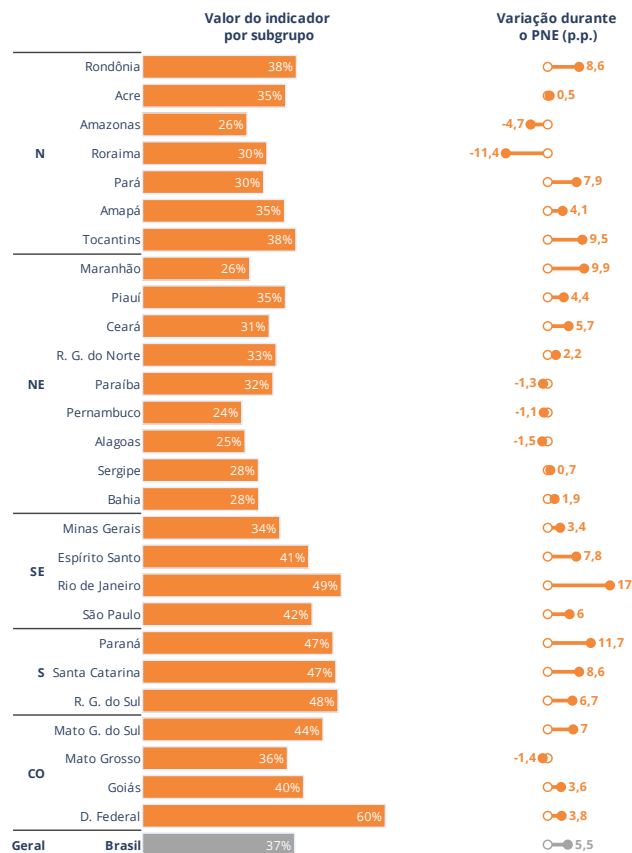


Meta 12 | Indicador 12A

Na visão por unidades federativas, é detectada uma queda na taxa bruta de matrícula em alguns estados, especialmente em Roraima, que também é um dos estados onde esse indicador apresenta o menor nível.

Já o Rio de Janeiro, um dos estados com a maior taxa no país, apresentou o maior crescimento desde o início da vigência do Plano.

Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos

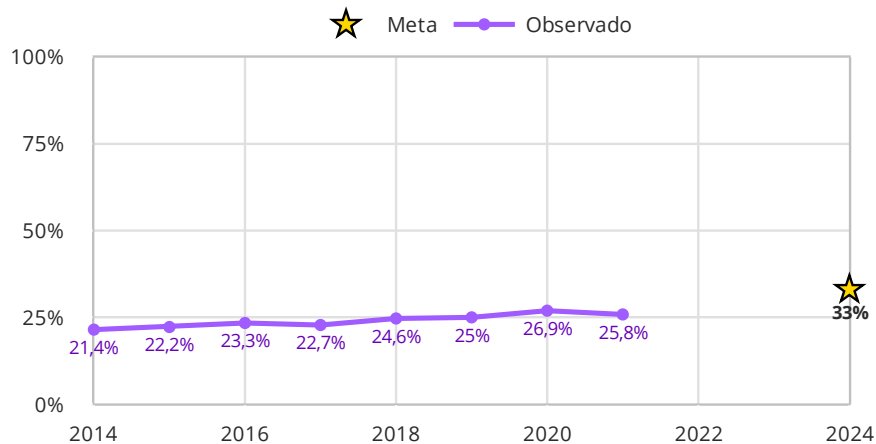


Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Meta 12 | Indicador 12B

Percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

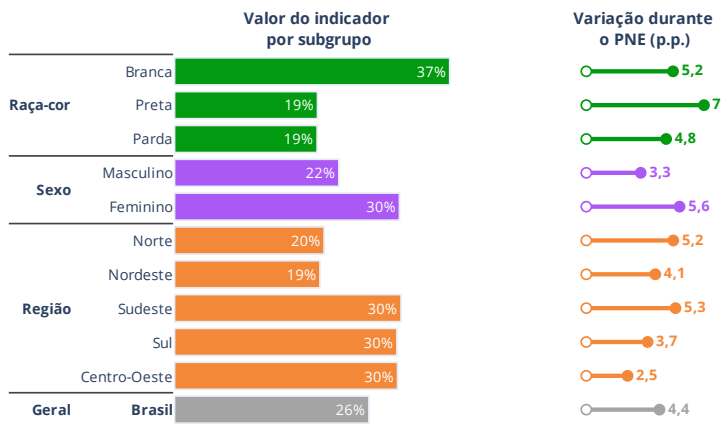
É similar ao quadro do indicador anterior a situação do percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam ou já concluíram cursos de graduação, que segundo o Plano deve atingir o patamar desejado de 33% em 2024, mas caiu de 26,9% para 25,8% entre 2020 e 2021, no contexto da crise sanitária causada pelo SARS-CoV-2, vírus causador da COVID-19.

Com isso, a evolução média do indicador cai a 54% do ritmo necessário ao cumprimento da Meta.



Meta 12 | Indicador 12B

Percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Ao se tomar apenas a frequência da população de 18 a 24 anos ao Ensino Superior, vê-se disparidade maior em relação à taxa bruta. Aqui também a redução nas desigualdades é mais tímida dentre as categorias de raça-cor, aumentando na comparação entre os sexos.

Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste estão em situação menos desvantajosa em comparação a seu quadro no indicador de taxa bruta.

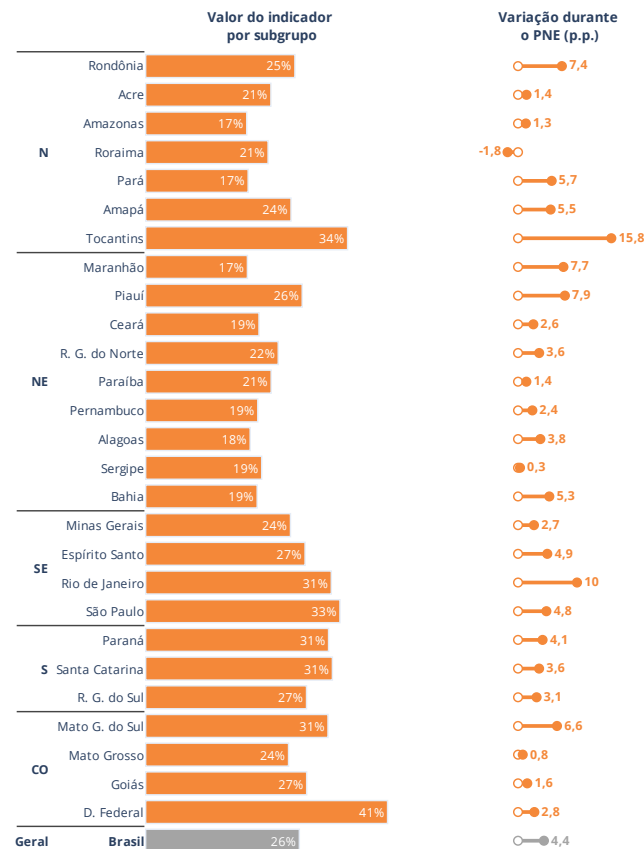


Meta 12 | Indicador 12B

Assim como ocorre com a taxa bruta de matrícula no Ensino Superior, o estado de Roraima apresenta queda na taxa líquida, sendo desta vez a única unidade onde isso ocorre.

Destaca-se positivamente a forte evolução observada no estado de Tocantins.

Percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação

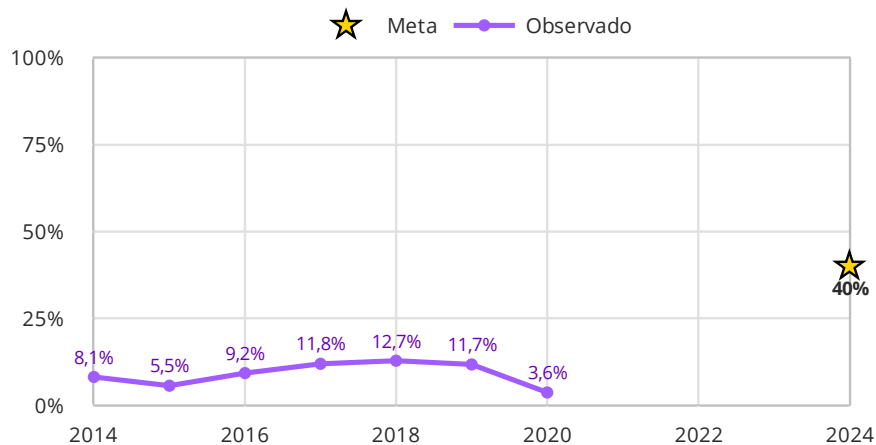


Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Meta 12 | Indicador 12C

Participação da rede pública na expansão das matrículas no Ensino Superior



Fonte: Censo da Educação Superior / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

A expansão de matrículas necessária ao cumprimento dos objetivos acima tem se dado de forma excessivamente concentrada na rede privada, o que piorou durante a pandemia. Esse é outro fator que deve ser corrigido.

Até 2020, último ano com dados disponíveis, apenas 3,6% das novas matrículas desde 2013 haviam sido criadas na rede pública, muito abaixo do valor mínimo estabelecido de 40% e, gravemente, uma queda em relação ao que se observou nos anos anteriores.



Meta 13

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

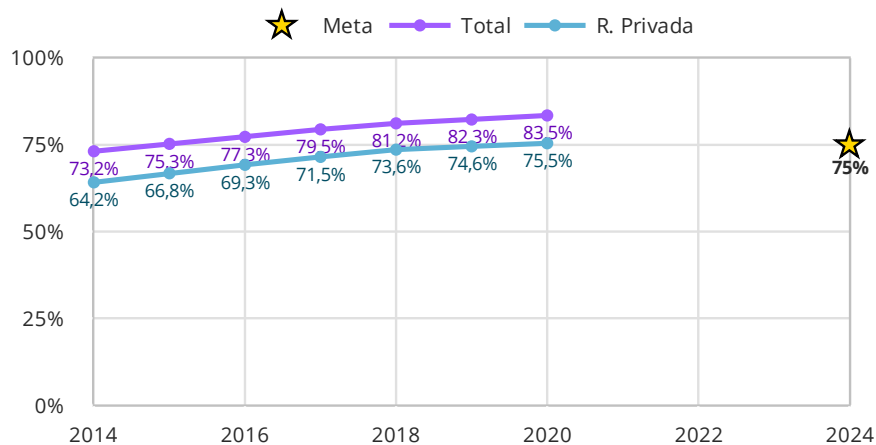
Indicador 13A: Percentual de docentes em exercício no Ensino Superior com mestrado ou doutorado

Indicador 13B: Percentual de docentes em exercício no Ensino Superior com doutorado



Meta 13 | Indicador 13A

Percentual de docentes em exercício no Ensino Superior com mestrado ou doutorado



Fonte: Censo da Educação Superior / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

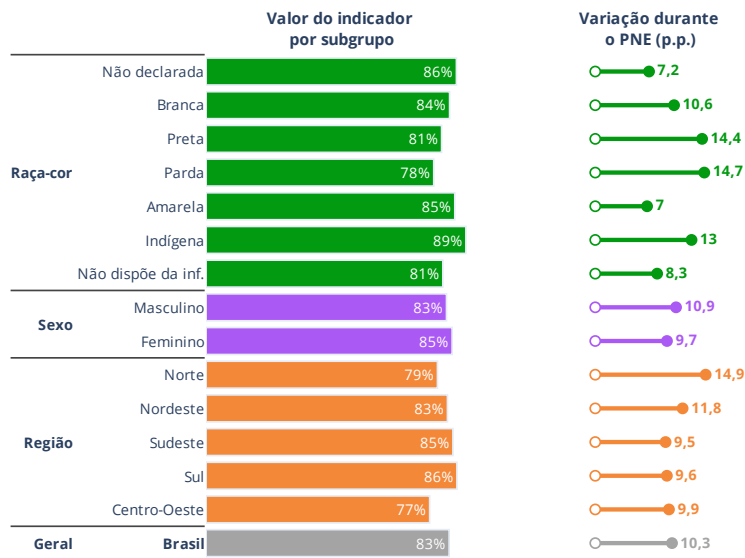
A proporção de docentes na Educação Superior que possuía mestrado ou doutorado em 2014 estava tão próxima do nível prescrito que em 2015, nove anos antes do prazo, já era superior a esse objetivo. Essa situação contradiz o propósito de ter um Plano que oriente os avanços educacionais, além de ir contra a diretriz de melhoria da qualidade da educação expressa no artigo 2º da lei que o aprova.

Assim, para estabelecer um caminho adiante, complementa-se aqui o monitoramento da meta 13 com os indicadores desmembrados entre rede pública e rede privada. Essa separação foi escolhida porque o texto da meta desobrigou o setor privado a melhorar a qualidade que oferece, apesar de concentrar a maioria de matrículas da Educação Superior.



Meta 13 | Indicador 13A

Percentual de docentes em exercício no Ensino Superior com mestrado ou doutorado



Fonte: Censo da Educação Superior / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Em 2020, o indicador estava em um nível acima do objetivo traçado na meta dentro de todos os subgrupos analisados. Além disso, houve queda na desigualdade pelo recorte de sexo do docente.

Quanto ao recorte de raça-cor, resta um significativo grau de incerteza dado o fato de esta informação ainda estar indisponível para pouco menos de um terço dos docentes em exercício no Ensino Superior.

Entre as regiões, Norte e Nordeste tiveram uma redução em sua distância do resto do país, mas o mesmo não ocorreu com a região Centro-Oeste.

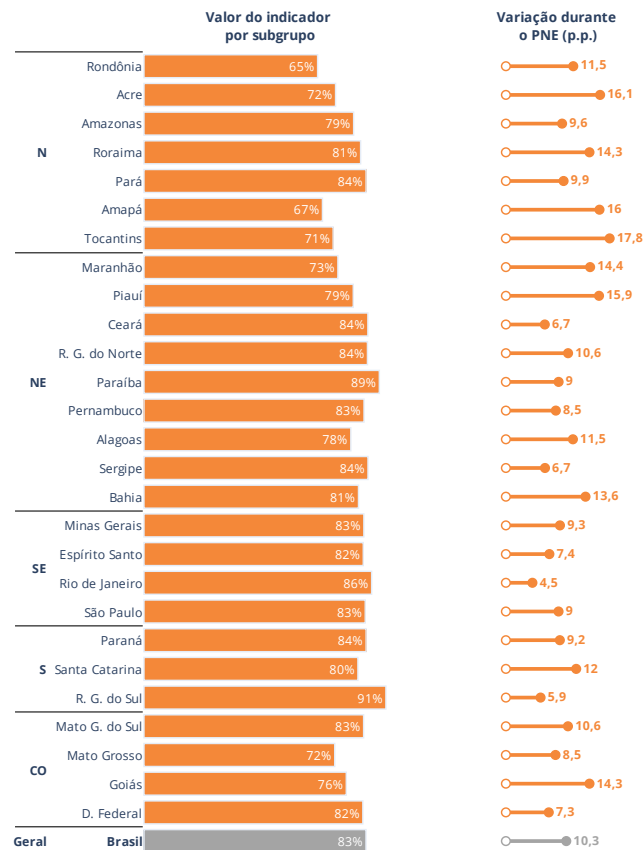


Meta 13 | Indicador 13A

Entre os estados, Amapá e Rondônia são aqueles nos quais a proporção de docentes com mestrado ou doutorado é menor, ainda que tenha havido um significativo crescimento entre 2014 e 2020, com a variação no Amapá sendo inferior apenas a Tocantins.

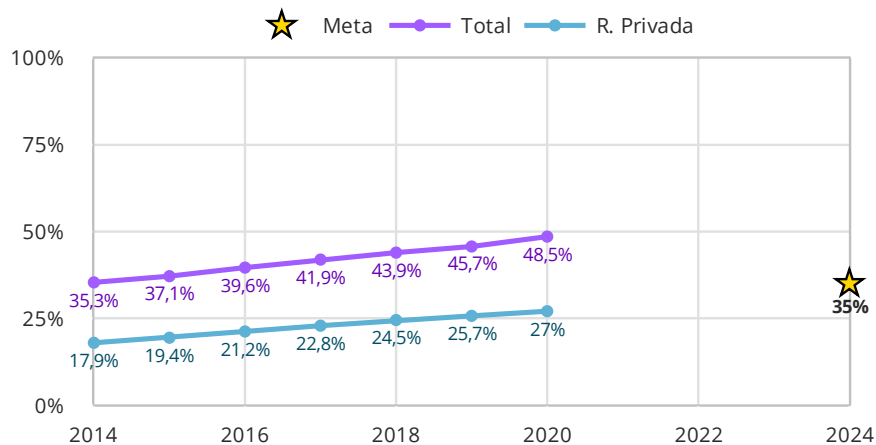
Maranhão, Piauí e Goiás são outros casos de forte aumento no período.

Percentual de docentes em exercício no Ensino Superior com mestrado ou doutorado



Meta 13 | Indicador 13B

Percentual de docentes em exercício no Ensino Superior com doutorado



Fonte: Censo da Educação Superior / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

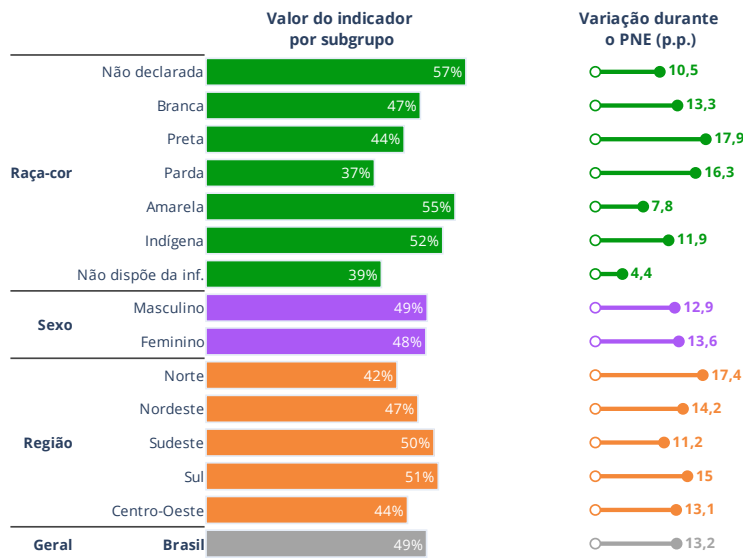
Já em 2014 estava superado o dispositivo da meta 13 que diz respeito aos doutores em exercício docente no conjunto do sistema de Educação Superior.

Portanto, assim como em relação ao indicador sobre docentes com mestrado ou doutorado, complementou-se o monitoramento da meta com os índices observados na rede privada. O que se observa, porém, é que neste caso a rede privada não está em uma trajetória compatível com a chegada em 2024 ao nível previsto no Plano (velocidade de avanço é 88% da necessária).



Meta 13 | Indicador 13B

Percentual de docentes em exercício no Ensino Superior com doutorado



Fonte: Censo da Educação Superior / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Assim como ocorre no caso do indicador referentes à proporção de docentes com títulos de mestres ou doutores, todos os subgrupos apresentam níveis acima do estipulado como objetivo para o recorte nacional.

Também cabe a mesma ressalva em relação à alta taxa de não-declaração ou não-disponibilidade da informação de raça-cor dos docentes em exercício no Ensino Superior. Destaca-se, no entanto, a maior disparidade de pardos em relação aos brancos nesse indicador.

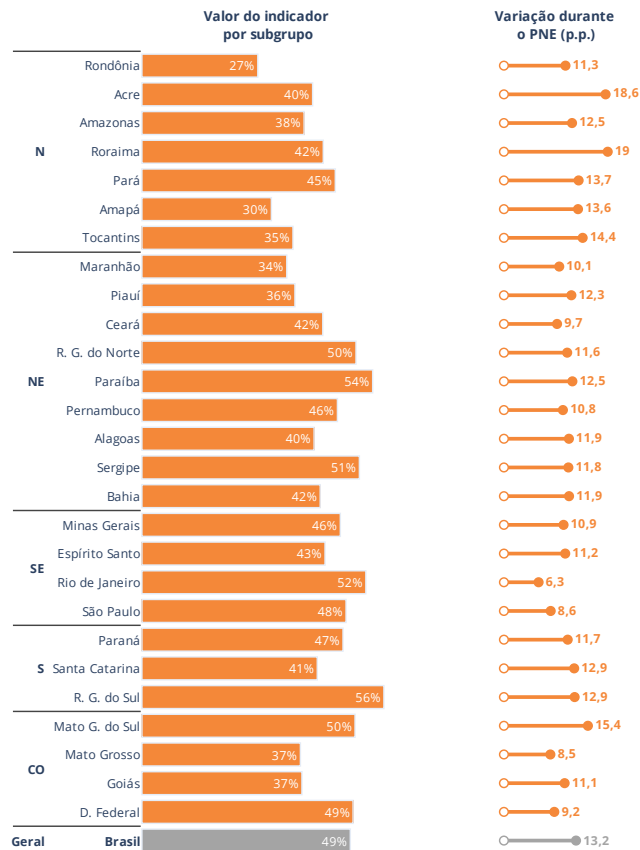


Meta 13 | Indicador 13B

Calculando o indicador em cada uma das unidades federativas, obtemos que Rondônia e Acre apresentam os menores níveis, enquanto Rio Grande do Sul e Paraíba apresentam os maiores.

Estes dois estados tiveram crescimento superior a Rondônia no período de 2014 a 2020, de forma que a tendência é de aumento no intervalo entre os pontos extremos.

Percentual de docentes em exercício no Ensino Superior com doutorado



Meta 14

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.

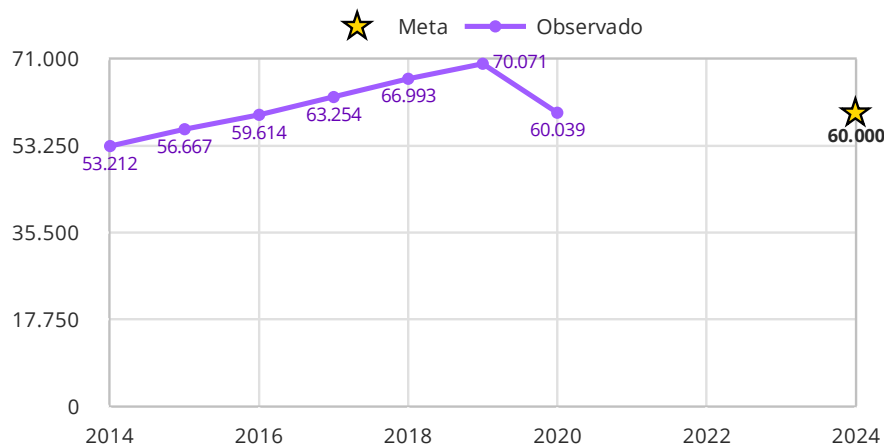
Indicador 14A: Número de mestres titulados

Indicador 14B: Número de doutores titulados



Meta 14 | Indicador 14A

Número de mestres titulados



Fonte: Geocapes (Visualizado em 21/04/2022) / CAPES / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

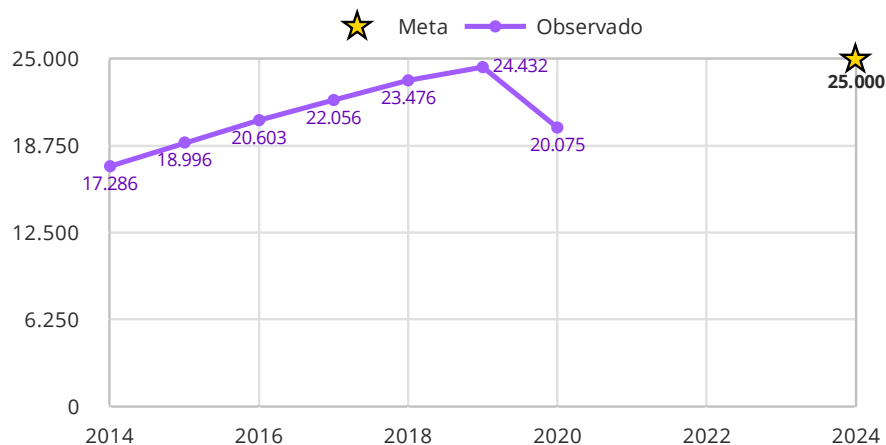
Para 2024, a meta 14 do Plano Nacional de Educação determina que o número de mestres titulados seja igual a 60 mil. Esse nível foi superado em 2017, o que se manteve até 2020, mesmo com a forte queda naquele ano, já no contexto da crise de COVID-19.

No entanto, mesmo que a quantidade de mestres titulados esteja acima do objetivo para o fim do plano, é preciso que ela se mantenha assim até 2024 para o cumprimento da meta 14, e é preciso atenção garantir a reversão da perda, dada a sabida capacidade do sistema educacional brasileiro de formar o número que se observava anteriormente.



Meta 14 | Indicador 14B

Número de doutores titulados



Fonte: Geocapes (Visualizado em 21/04/2022) / CAPES / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

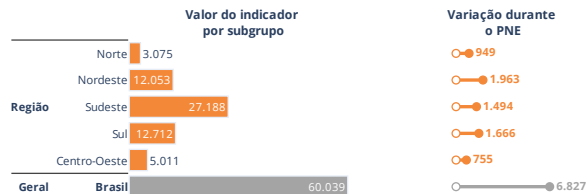
Para o cumprimento do dispositivo que diz respeito à formação de doutores, é necessário passar gradualmente dos 17.286 titulados em 2014 para 25.000 em 2024. Em média, isso significa que a cada ano sejam titulados cerca de 771 doutores a mais do que no ano anterior. Até 2019, o aumento anual médio vinha sendo aproximadamente o dobro desse número, o que sugeria o cumprimento do dispositivo antes do prazo.

Em 2020, porém, apenas 20 mil novos doutores foram titulados, uma grande queda em relação ao ano anterior, de modo que o cumprimento deste dispositivo no prazo estará em risco caso o impacto observado durante a crise de COVID não seja revertido.



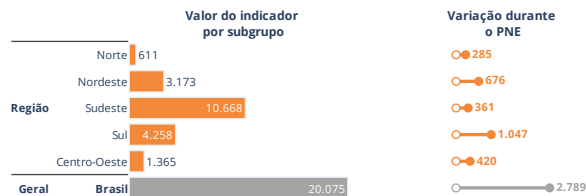
Meta 14 | Indicadores 14A e 14B

Mestres titulados



Fonte: Geocapes (Visualizado em 21/04/2022) / CAPES / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Doutores titulados



Fonte: Geocapes (Visualizado em 21/04/2022) / CAPES / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Após a queda no período pandêmico, o Sudeste apresentou evolução inferior àquela observada no Nordeste e no Sul para o número de novos mestres titulados a cada ano. Isso contribuiu para uma queda na disparidade do Sudeste em relação ao resto do país.

Quanto aos novos doutores titulados, este fenômeno é mais pronunciado, com apenas o Norte tendo um aumento menor do que o Sudeste no período entre 2014 e 2020.

Ainda assim, permanece uma ampla disparidade, em números absolutos, no número de pós-graduados formados a cada ano entre as regiões, ainda que seja em parte reflexo da diferença no tamanho da população das mesmas.

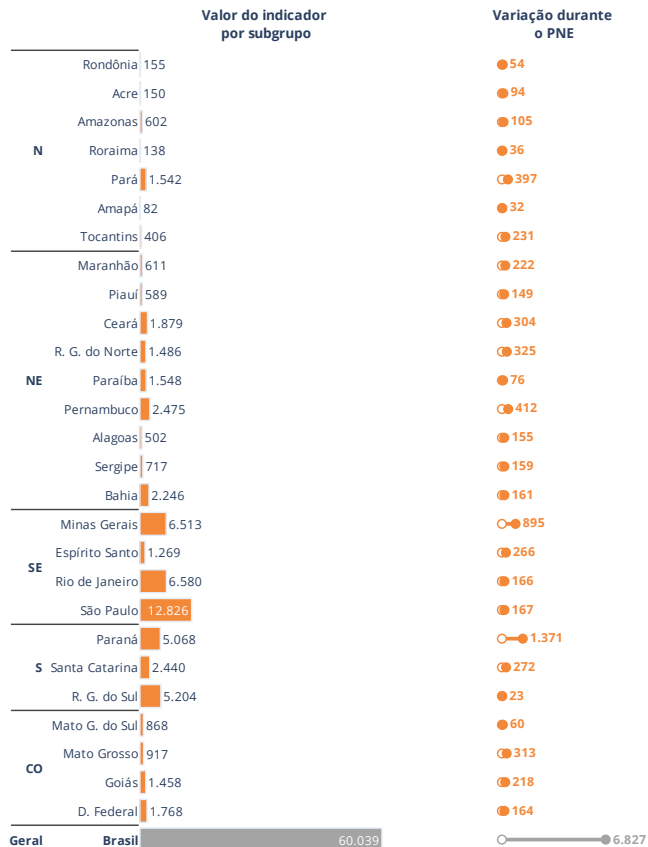


Meta 14 | Indicador 14A

Comparando o nível do indicador em 2020 àquele em 2014 nas unidades federativas, constatamos que a variação manteve-se positiva em todas, apesar do impacto da pandemia. Paraná e Minas Gerais se destacam pelos maiores aumentos.

Chama atenção a enorme diferença entre o estado que mais forma mestres -- São Paulo, com 12.800 -- e o que menos forma -- Amapá, com 82.

Mestres titulados

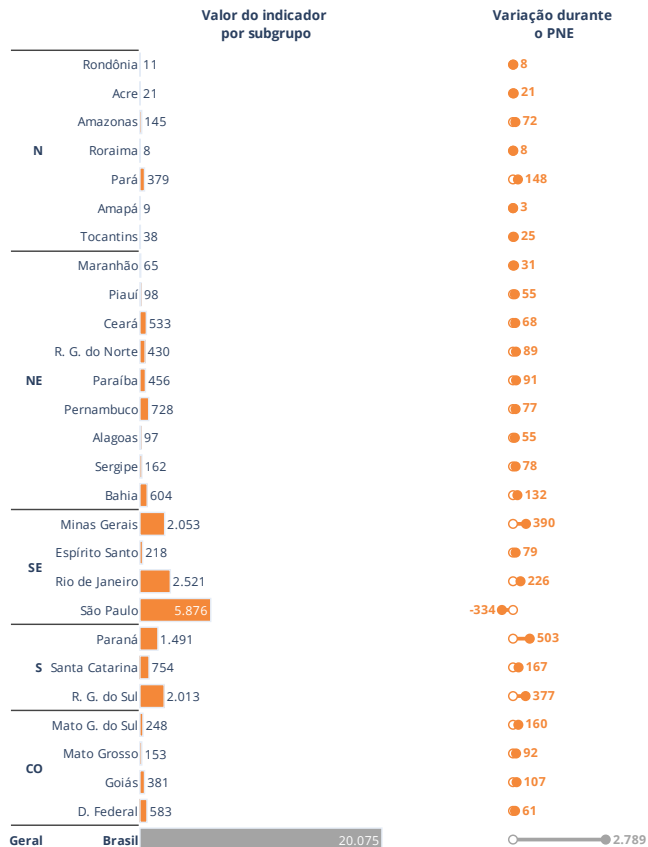


Meta 14 | Indicador 14B

Com o mergulho no indicador entre 2019 e 2020, São Paulo passa a mostrar uma queda na comparação com 2014, mas ainda assim é, de longe, a unidade federativa que mais forma doutores anualmente.

Roraima, que não formou nenhum em 2014, passou para a marca de 8 em 2020, e é, junto com casos como Amapá, Rondônia e Acre, um dos estados onde o nível ainda é extremamente baixo, aquém dos 100 títulos concedidos a cada ano.

Doutores titulados



Meta 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Indicador 15A: Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam - Educação Infantil

Indicador 15B: Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam - Anos Iniciais

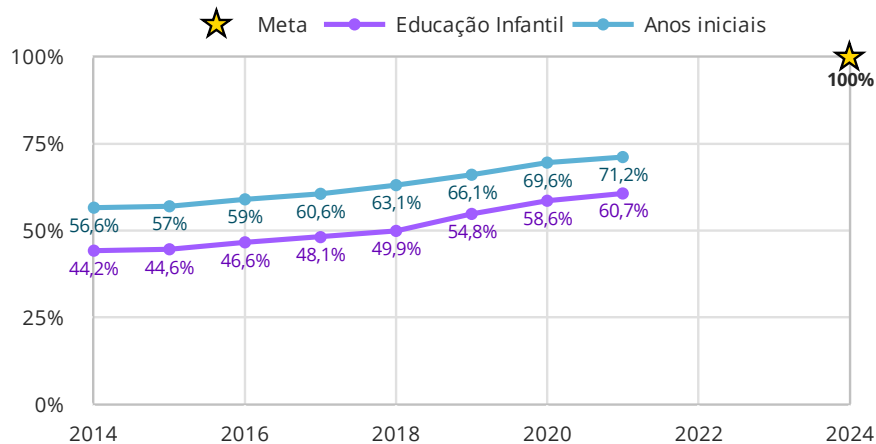
Indicador 15C: Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam - Anos Finais

Indicador 15D: Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam - Ensino Médio



Meta 15 | Indicadores 15A e 15B

Proporção de docências com professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam



Fonte: Indicador de Adequação da Formação Docente - INEP / MEC.

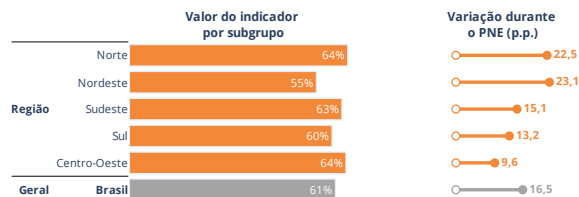
Em nenhuma das etapas da educação básica o avanço no percentual de docências com formação adequada tem sido rápido o suficiente para que se atinja até 2024 o nível estipulado no plano.

Na educação infantil, seria necessário o aumento em 5,58 pontos percentuais ao ano, mas desde o início do Plano Nacional de Educação o crescimento anual tem sido cerca de 2,4 p.p.. Nos anos iniciais do ensino fundamental o aumento tem sido de 2,1 p.p., quando o necessário seria em torno de 4,3 p.p..



Meta 15 | Indicadores 15A e 15B

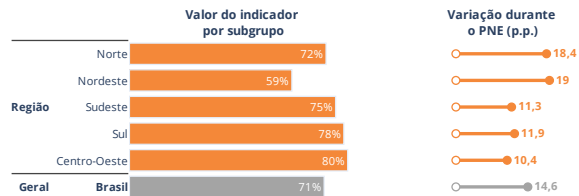
Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam - Educação Infantil



Fonte: Indicador de Adequação da Formação Docente - INEP / MEC.

Apesar de ter o maior crescimento no período de 2014 a 2021, a região Nordeste ainda apresenta os níveis mais baixos de funções docentes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais preenchidas por professores com formação adequada à área de atuação.

Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam - Anos Iniciais



Fonte: Indicador de Adequação da Formação Docente - INEP / MEC.

Este quadro é mais pronunciado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, onde a diferença em relação à média nacional é de 12 pontos percentuais.

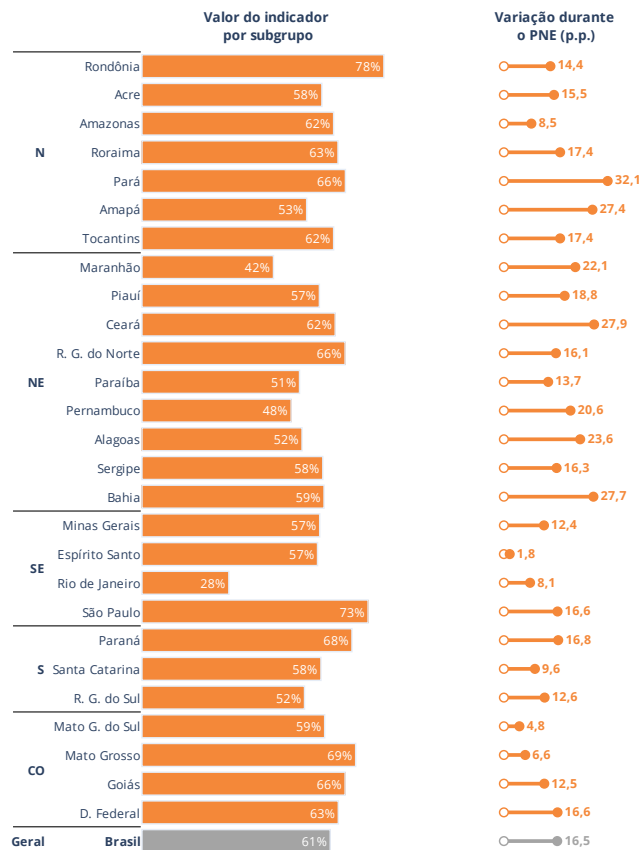


Meta 15 | Indicador 15A

Analisando a situação da Educação Infantil nas unidades federativas, chama a atenção o caso do Rio de Janeiro, que apresenta uma proporção de funções docentes com formação adequada de apenas 28%, mesmo estando em uma das regiões onde o nível é maior. Tampouco a tendência tem sido de aproximação em relação à média.

Destaques positivos são cenários como os de Pará, Amapá, Ceará e Bahia, com forte melhoria no indicador no período desde a aprovação do PNE.

Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam - Educação Infantil



Fonte: Indicador de Adequação da Formação Docente - INEP / MEC.

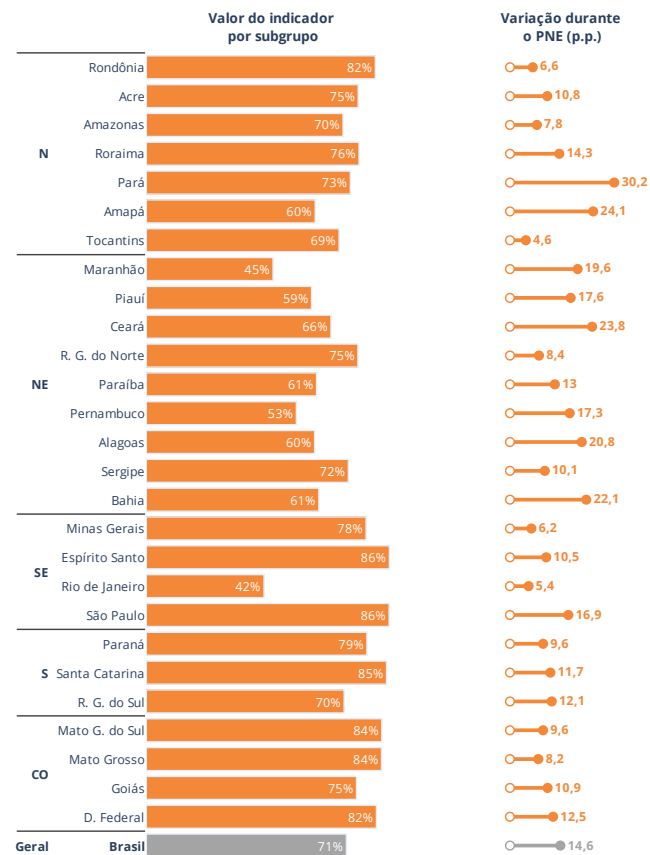


Meta 15 | Indicador 15B

Também nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental o caso do Rio de Janeiro se destaca como o pior do país, com níveis semelhantes ao do Maranhão, que também estão muito abaixo do observado nacionalmente.

No entanto, enquanto o estado nordestino apresenta forte alta no período de 2014 a 2020, o sudestino está se distanciando ainda mais da média do país.

Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam - Anos Iniciais

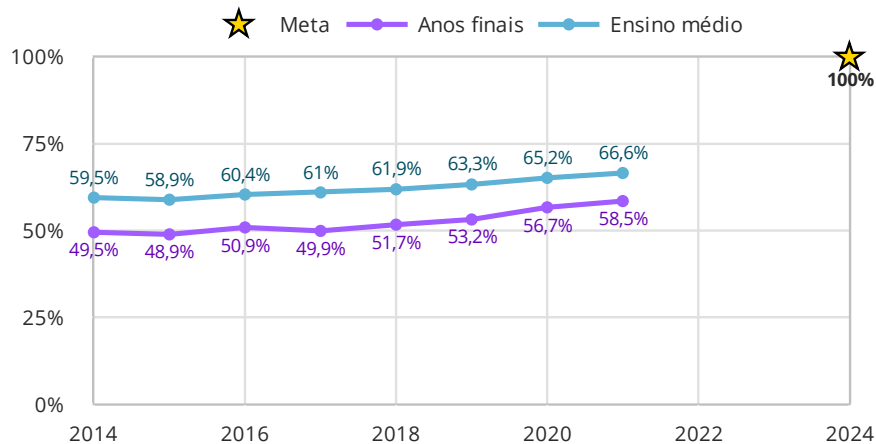


Fonte: Indicador de Adequação da Formação Docente - INEP / MEC.



Meta 15 | Indicadores 15C e 15D

Proporção de docências com professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam



Fonte: Indicador de Adequação da Formação Docente - INEP / MEC.

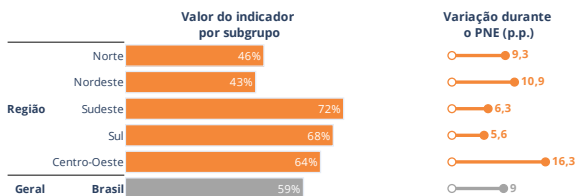
Nas etapas posteriores da educação básica, o cenário é ainda menos animador do que nas iniciais, com o percentual de docências com formação adequada avançando anualmente em torno de 1,3 ponto percentual nos anos finais do ensino fundamental, frente à necessidade de avançar 5 p.p..

Enquanto isso, no ensino médio o cumprimento da meta dentro do prazo pressupõe um aumento de 4 p.p. ao ano, mas o que tem sido observado é um aumento de cerca de 1 ponto percentual anualmente.



Meta 15 | Indicadores 15C e 15D

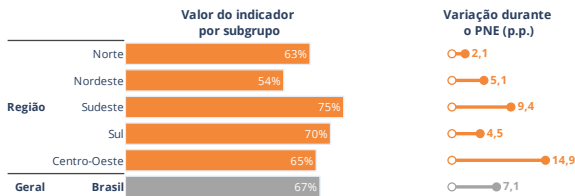
Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam - Anos Finais



Fonte: Indicador de Adequação da Formação Docente - INEP / MEC.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o Nordeste continua sendo a região com menor proporção de funções docentes na qual o professor possui formação adequada à sua atuação. No Ensino Médio, porém, tem ocorrido um afastamento, e não uma aproximação da região em relação à média nacional. Isso também ocorre com o Norte, ainda que neste caso a diferença seja menor.

Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam - Ensino Médio



Fonte: Indicador de Adequação da Formação Docente - INEP / MEC.

Em ambos os níveis educacionais, a região Centro-Oeste apresenta forte crescimento no período.

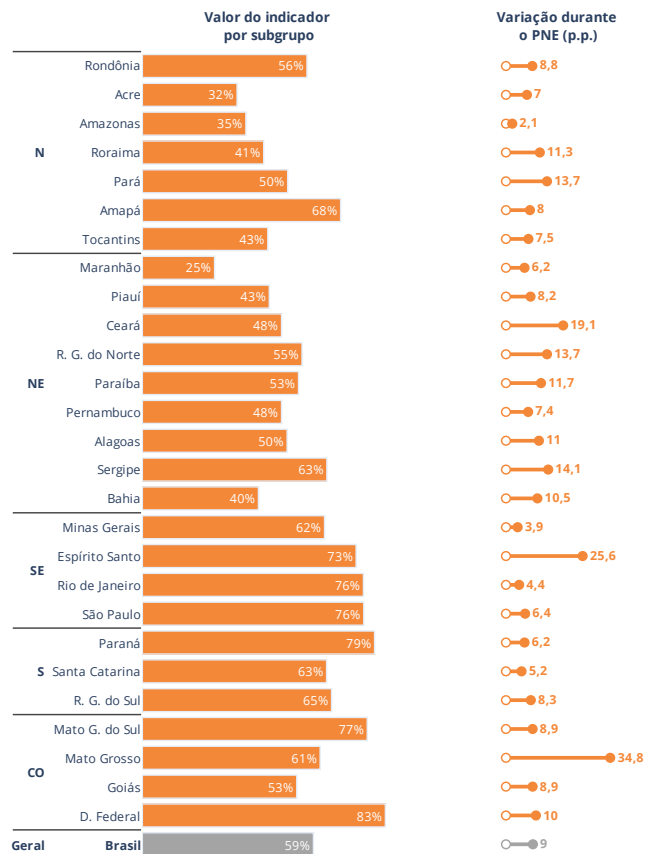


Meta 15 | Indicador 15C

No recorte estadual do indicador de adequação da formação docente para os Anos Finais, são destaques negativos as situações nos estados do Acre, do Amazonas e do Maranhão, que, além de serem os casos com menor nível, também têm se distanciado da média nacional.

Sem uma grande aceleração no progresso dessas unidades federativas, será impossível cumprir o objetivo disposto na Meta 15, já que ela prevê o atingimento de 100% em 2024.

Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam - Anos Finais



Fonte: Indicador de Adequação da Formação Docente - INEP / MEC.

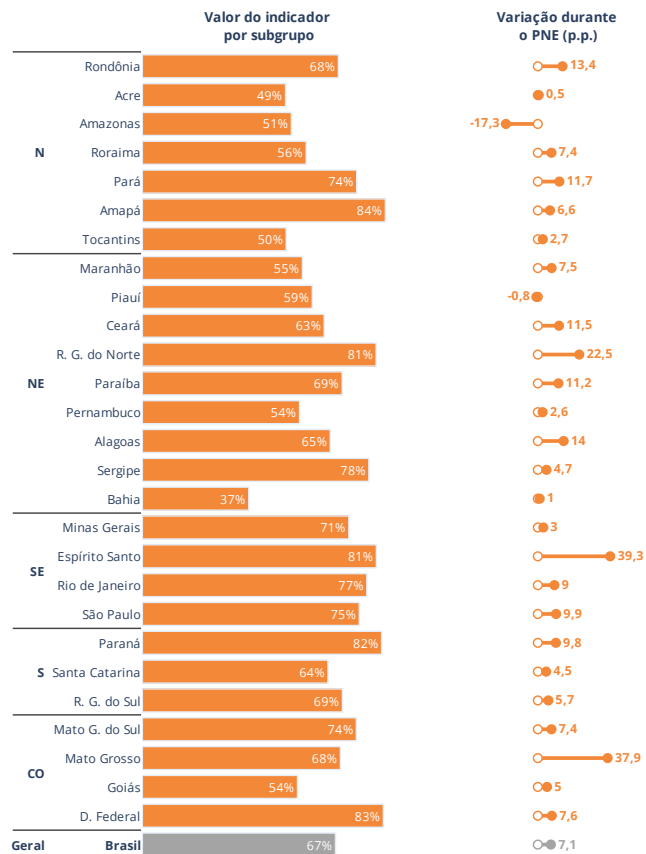


Meta 15 | Indicador 15D

O Ensino Médio apresenta os únicos casos de queda no indicador de adequação da formação docente, mais especificamente no Amazonas e no Piauí. Ambos os casos são de estados onde o nível em 2021 estava aquém da média nacional.

Destaques positivos são o Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Espírito Santo tiveram forte crescimento desde o início da vigência do Plano. Nem o caso mais positivo, no entanto, está na trajetória dos 100% em 2024.

Proporção de docências com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam - Ensino Médio



Fonte: Indicador de Adequação da Formação Docente - INEP / MEC.



Meta 16

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

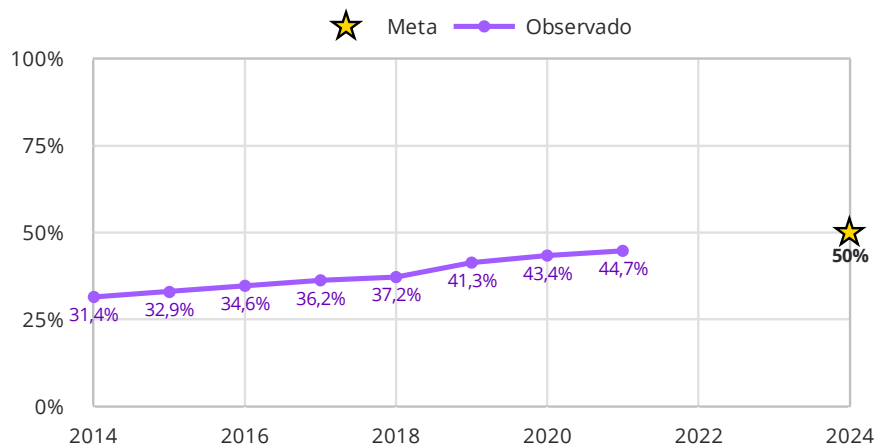
Indicador 16A: Percentual de professores da Educação Básica com pós-graduação

Indicador 16B: Percentual de professores da Educação Básica que realizaram cursos de formação continuada



Meta 16 | Indicador 16A

Percentual de professores da educação básica com pós-graduação



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

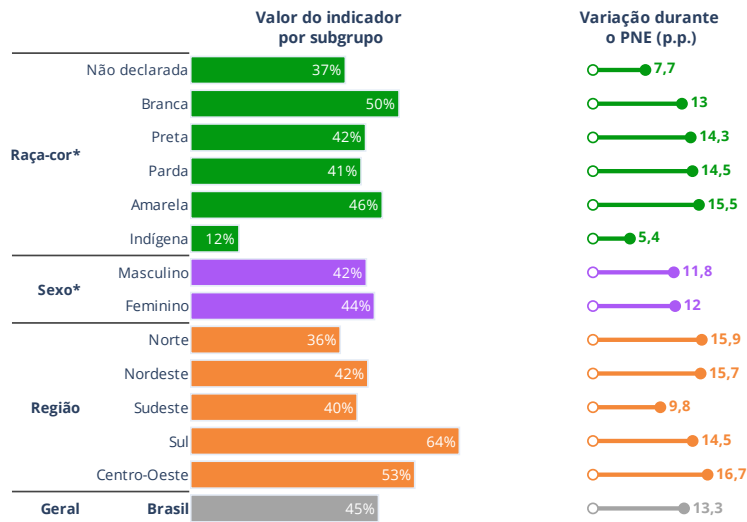
Um dos objetivos estabelecidos na meta 16 do Plano Nacional de Educação é que a porcentagem de docentes da educação básica pós-graduados seja igual a 50% em 2024. Desde 2014, essa porcentagem vem aumentando a cerca de 1,9 pontos percentuais por ano em média, o que é pouco maior do que o ritmo necessário para atingir o nível disposto no PNE.

Porém, para se materializar o cumprimento do objetivo é necessário manter o padrão de evolução observado.



Meta 16 | Indicador 16A

Percentual de professores da Educação Básica com pós-graduação



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

* Dados disponíveis apenas até o ano de 2020.

É grave a forte desvantagem dos docentes indígenas em relação à formação em pós-graduação, que em 2020 se encontrava a quase $\frac{1}{4}$ da média nacional, além desse indicador evoluir de forma que a disparidade tem aumentado no período.

Caso análogo, em muito menor magnitude, se observa no Sudeste para o período de 2014 a 2021, que tem se distanciado da média nacional apesar de apresentar um dos níveis mais baixos.

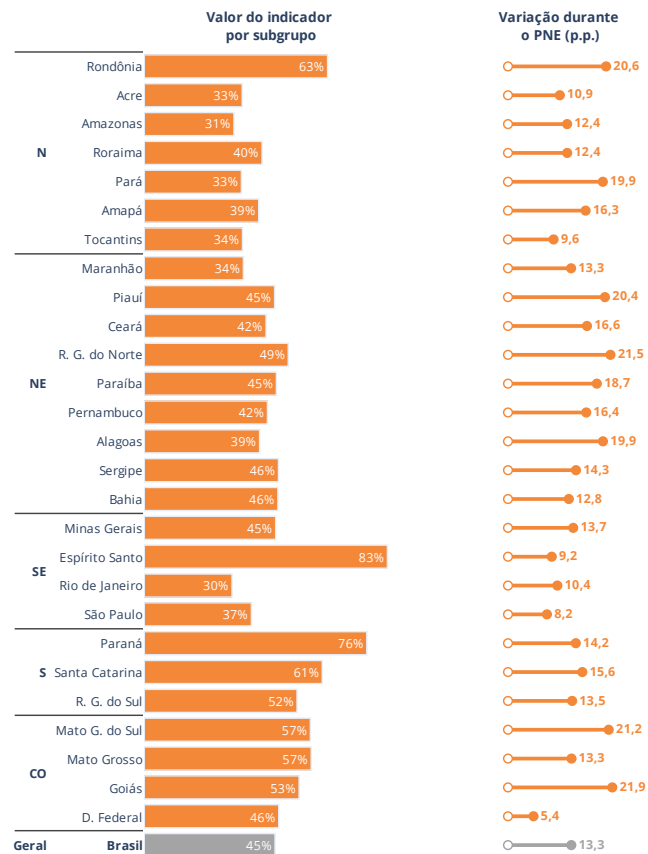


Meta 16 | Indicador 16A

Das 10 unidades federativas onde o crescimento do *percentual de professores da Educação Básica que possui graduação* foi abaixo da taxa nacional, 7 também se encontram com níveis abaixo da média para o ano de 2021.

Isso significa que esses 7 estados estão em tendência de ficar ainda mais defasados nos próximos anos.

Percentual de professores da Educação Básica com pós-graduação

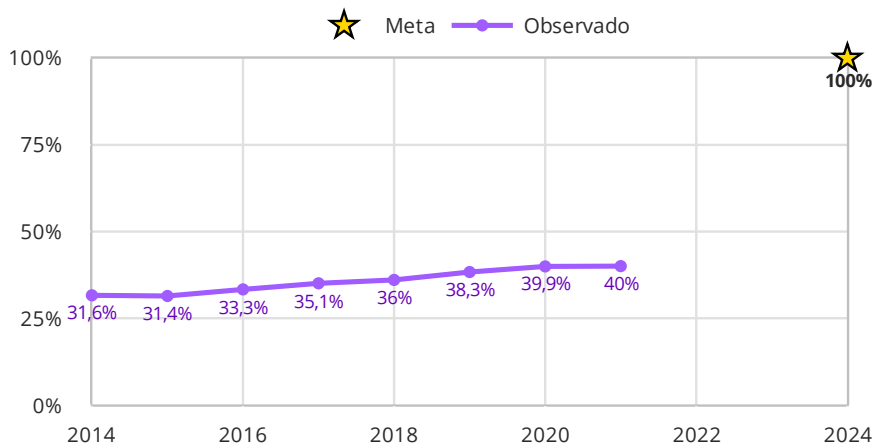


Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação



Meta 16 | Indicador 16B

Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

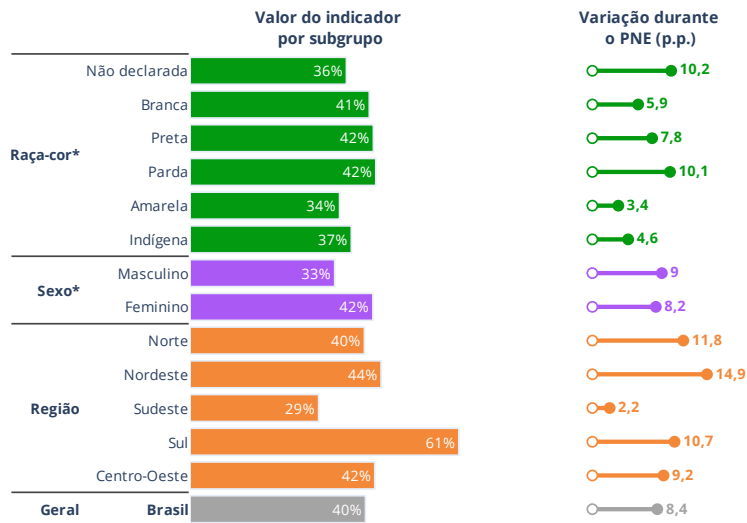
A meta 16 também dispõe que todos os professores da Educação Básica devem receber formação continuada em suas respectivas áreas de atuação. Em 2021, ano mais recente com dados, dos 2.230.891 docentes em atividade na educação básica, 1.233.192 ainda não haviam recebido qualquer tipo de formação continuada.

Sem mudanças na trajetória de evolução deste quadro, deve-se chegar a 2024 ainda muito distante do objetivo prescrito na meta.



Meta 16 | Indicador 16B

Percentual de professores da Educação Básica que realizaram cursos de formação continuada



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

* Dados disponíveis apenas até o ano de 2020.

No período de 2014 a 2020, houve leve queda na diferença de professores do sexo masculino que receberam formação continuada, comparativamente às do sexo feminino.

Quanto à raça-cor do professorado, houve descolamento das populações amarela e indígena em relação ao restante, configurando uma disparidade considerável ao fim do período.

No recorte regional, para o qual estão disponíveis dados de 2021, o Sudeste chama atenção por estar significativamente atrás no indicador de formação continuada, sendo que também está ficando para trás.

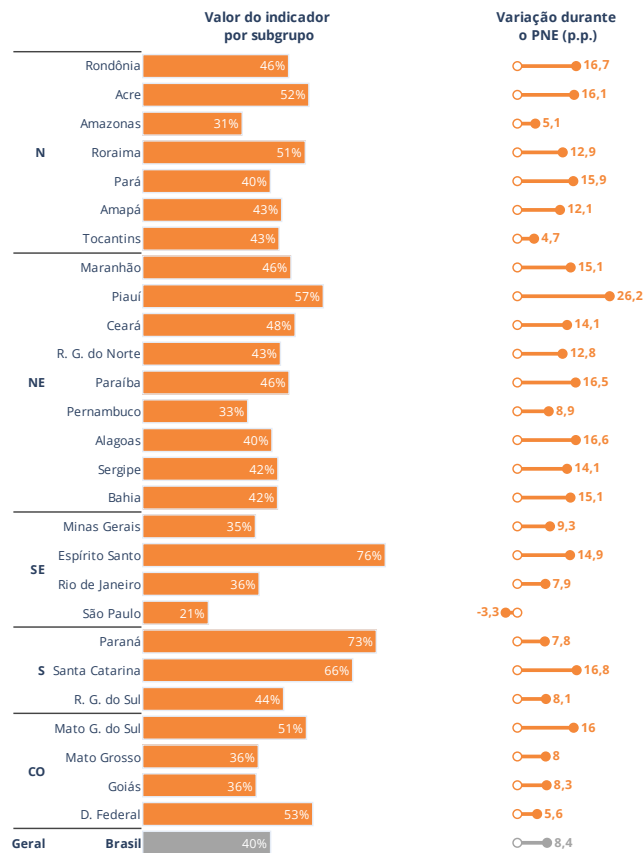


Meta 16 | Indicador 16B

Entre os estados, é um pronunciado destaque negativo a situação de São Paulo, o único estado que regrediu no indicador de formação continuada, além de apresentar o nível mais baixo entre todas as unidades federativas do país.

Apesar de ser o mais grave, esse não é o único caso negativo na região, com Minas Gerais e Rio de Janeiro também apresentando níveis baixos, mas um crescimento próximo da média nacional, o que é razoavelmente positivo em termos de desigualdade, mas insuficiente ao levar em conta que o avanço nacional também é muito aquém do necessário para o cumprimento da Meta 16.

Percentual de professores da Educação Básica que realizaram cursos de formação continuada



Meta 17

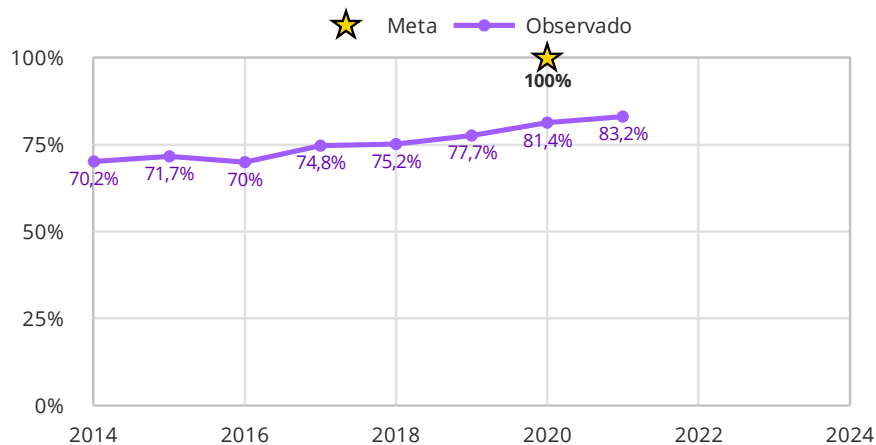
Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste PNE.

Indicador 17: Rendimento médio dos docentes com ensino superior completo das redes públicas, como porcentagem do rendimento dos demais profissionais com a mesma escolaridade



Meta 17 | Indicador 17

Rendimento médio dos docentes com ens. sup. completo das redes públicas, em relação aos demais profissionais de mesma escolaridade



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

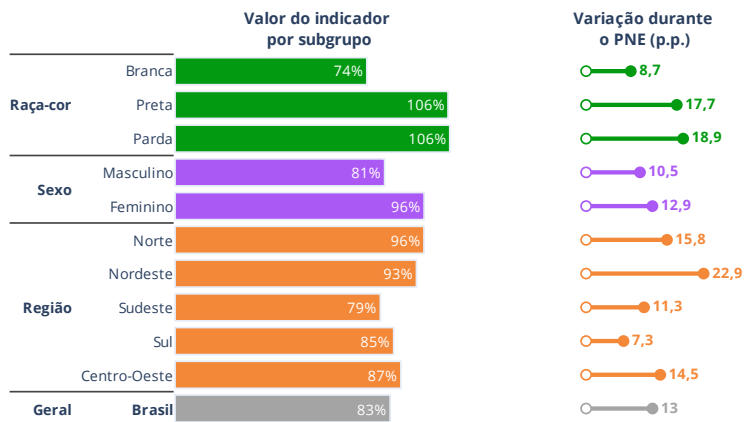
Prevista para 2020, a meta de equiparar o salário médio dos professores ao dos outros profissionais de mesma idade não foi cumprida no prazo, tendo avançado a cerca de um terço do ritmo necessário ao seu cumprimento. Sem alteração desse padrão de evolução, a tendência é que ao fim da vigência do atual PNE a situação ainda esteja irregular.

O provimento de um salário digno é fundamental para que a carreira tenha maior atratividade, mas a pauta é historicamente obstaculizada por propostas de condicionar salários dignos ao cumprimento de metas pouco realistas de desempenho dos alunos em testes padronizados, o que acaba por se configurar como instrumento de perpetuação e justificação perversa da precariedade nas condições de ensino.



Meta 17 | Indicador 17

Rendimento médio dos docentes com ensino superior completo das redes públicas, como porcentagem do rendimento dos demais profissionais com a mesma escolaridade



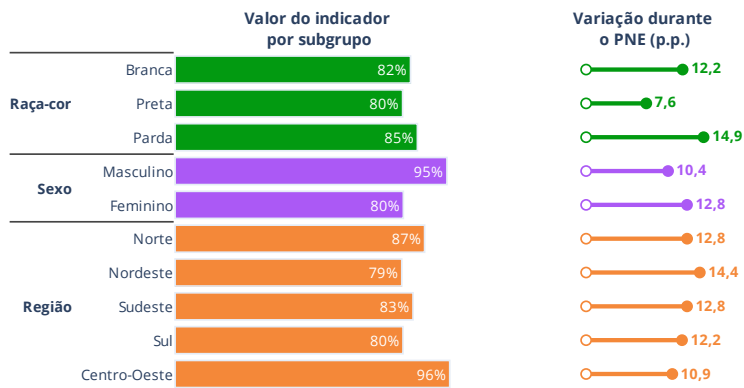
Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Quando comparamos, dentro de cada subgrupo, os salários dos professores com outros profissionais de escolaridade de nível superior, constatamos o efeito dos baixos salários recebidos por populações em desvantagem social no Brasil.



Meta 17 | Indicador 17

Rendimento médio dos docentes com ensino superior completo das redes públicas, como porcentagem do rendimento dos demais profissionais com a mesma escolaridade



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Quando comparamos os salários com a média nacional dos outros profissionais escolarizados em nível superior, no entanto, temos uma visão que complementa o quadro anterior.

Aqui, constata-se uma disparidade significativa especialmente nos recortes de sexo e região, com os homens e os docentes na região Centro-Oeste em significativa vantagem em relação aos outros grupos.

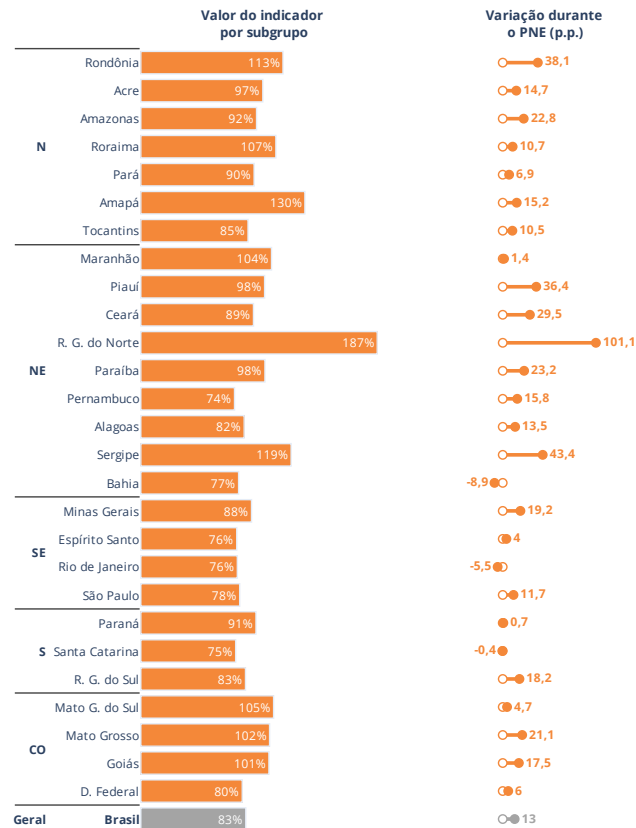


Meta 17 | Indicador 17

Em cerca de 1/3 das unidades federativas os docentes com escolaridade em nível superior têm salário médio maior do que os outros profissionais de mesma escolaridade, sendo que nenhum desses casos está nas regiões Sul ou Sudeste.

Destaque positivo se dá para o Rio Grande do Norte, que apresenta o maior índice, além do maior crescimento durante o período do PNE. Este salto se deu principalmente entre 2020 e 2021, apesar de o estado já apresentar níveis acima de 100% anteriormente. Por outro lado, também na região Nordeste, o caso da Bahia se destaca pela maior queda no indicador, apresentando um dos menores níveis do país em 2021.

Rendimento médio dos docentes com ensino superior completo das redes públicas, como porcentagem do rendimento dos demais profissionais com a mesma escolaridade



Fonte: PNAD Contínua / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Meta 18

Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

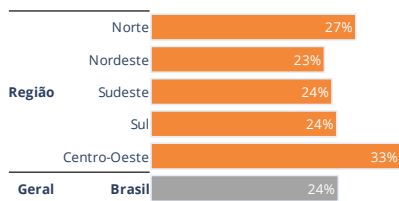
Indicador 18A: Percentual de requisitos da meta 18 cumpridos nas unidades federativas

Indicador 18B: Percentual de requisitos da meta 18 cumpridos nos municípios



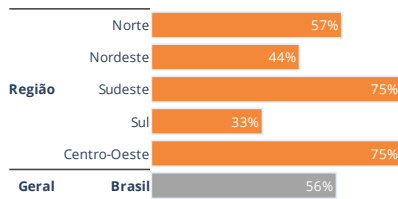
Meta 18 | Indicadores 18A e 18B

Porcentagem de municípios que cumprem todos os quesitos da Meta 18



Fonte: Munic / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Porcentagem de unidades federativas que cumprem todos os quesitos da Meta 18



Fonte: Estadiv / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A partir de informações prestadas ao IBGE por unidades federativas (estados e o distrito federal) e municípios em 2018, nota-se uma dificuldade de avanço rumo a condições minimamente adequadas de trabalho aos profissionais da educação, já que 2 anos após o prazo a grande maioria dos municípios e quase metade das unidades federativas não cumpria os requisitos necessários.

Se dentre os municípios há uma maior regularidade ao se comparar as regiões, com a Centro-Oeste se destacando positivamente, o mesmo não ocorre na esfera dos estados e o distrito federal, na qual os estados sulistas ficam para trás enquanto Sudeste e Centro-Oeste se destacam positivamente.

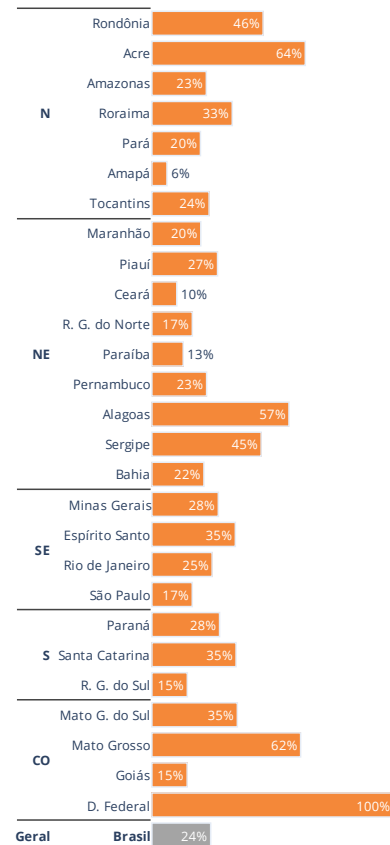


Meta 18 | Indicador 18A

Dentro de cada uma das regiões do Brasil, há considerável disparidade entre as unidades federativas constituintes. No Norte, apenas 6% dos municípios do Amapá cumprem todos os quesitos da Meta 18, enquanto no Acre o percentual chega a 64%. Caso semelhante é observável no Nordeste com Ceará e Alagoas nos extremos, e no Centro-Oeste, com Goiás a apenas 15% e o Mato Grosso a 62% -- o Distrito Federal com apenas Brasília, só pode ser 0 ou 100%.

Em menor monta, também há significativa disparidade entre os estados de Sul e Sudeste, com os estados em pior situação apresentando porcentagens iguais à metade daqueles onde a situação é menos grave.

Porcentagem de municípios que cumprem todos os quesitos da Meta 18



Meta 18 | Indicador 18B

Apenas uma parcela das unidades federativas cumpre todos os requisitos estabelecidos no texto da Meta 18, ou seja: possui plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério e dos profissionais não docentes de educação; prevê limite máximo de 2/3 da carga horária docente em atividades de interação com os educandos; cumpre o piso salarial do magistério.

Unidades federativas que cumprem todos os requisitos da Meta 18	
Rondônia	
Acre	
Amazonas	
Roraima	
Pará	
Amapá	
Tocantins	
Maranhão	
Piauí	
Ceará	
Rio Grande do Norte	
Paraíba	
Pernambuco	
Alagoas	
Sergipe	
Bahia	
Minas Gerais	
Espírito Santo	
Rio de Janeiro	
São Paulo	
Paraná	
Santa Catarina	
Rio Grande do Sul	
Mato Grosso do Sul	
Mato Grosso	
Goiás	
Distrito Federal	
 Geral	 55.6%

Fonte: Estadiv / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



Meta 19

Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto

Indicador 19A: Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar

Indicador 19B: Percentual de colegiados intraescolares existentes nas escolas públicas brasileiras

Indicador 19C: Percentual de colegiados extraescolares que existem e recebem apoio de infraestrutura e formação nas unidades federativas

Indicador 19D: Percentual de colegiados extraescolares que existem e recebem apoio de infraestrutura e formação nos municípios

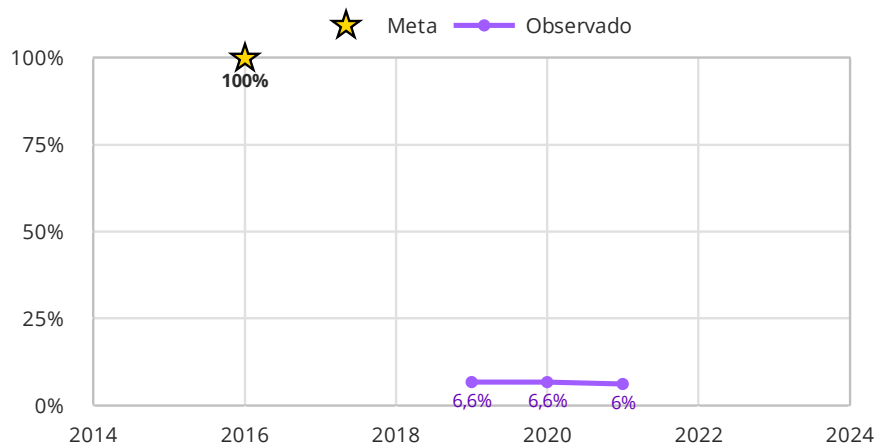
Indicador 19E: Percentual de colegiados extraescolares existentes nas unidades federativas

Indicador 19F: Percentual de colegiados extraescolares existentes nos municípios



Meta 19 | Indicador 19A

Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por proc. sel. qualificado e eleição com participação da comunidade escolar



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

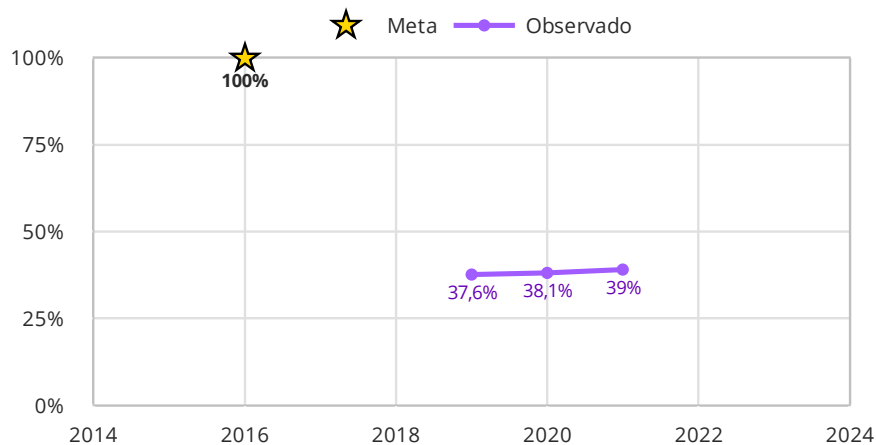
A meta 19 do PNE versa sobre a garantia de condições de efetivação da gestão democrática da educação. Essas condições certamente incluem a existência de órgãos e processos de consulta e deliberação pública, ainda que não seja impossível que esses fatores existam formalmente, mas se encontrem esvaziados de sua raiz e função. Assim, são apresentados aqui dados sobre quesitos importantes, mas que não são por si só a efetivação da gestão democrática.

O percentual de diretores de escolas públicas escolhidos por processo seletivo com participação da comunidade é um exemplo de que mesmo estas condições básicas estão em falta.



Meta 19 | Indicador 19B

Percentual de colegiados intraescolares existentes nas escolas públicas brasileiras



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Em 2021, a maioria dos colegiados intraescolares sequer existia nas escolas públicas brasileiras.

De todos os conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis que deveriam existir em todas as escolas públicas, apenas 39% de fato existiam.



Meta 19 | Indicadores 19A e 19B

Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar

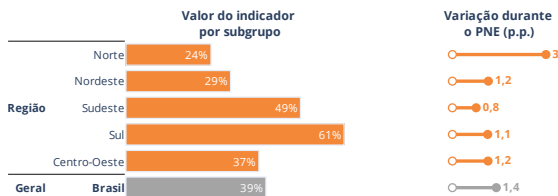


Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Em relação à seleção de diretores, apenas o Sul teve aumento, sendo que é também a região onde o indicador apresenta o nível mais alto -- ainda que amplamente aquém do necessário para o cumprimento da Meta.

Já o quadro relativo à existência de colegiados intraescolares nas escolas é um pouco mais positivo, com todas as regiões evoluindo positivamente e os níveis em todas elas sendo maiores. Porém, ainda há uma grande distância em relação ao nível estabelecido para 2016, e a evolução não indica cumprimento do objetivo da Meta até 2024.

Percentual de colegiados intraescolares existentes nas escolas públicas brasileiras



Fonte: Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação



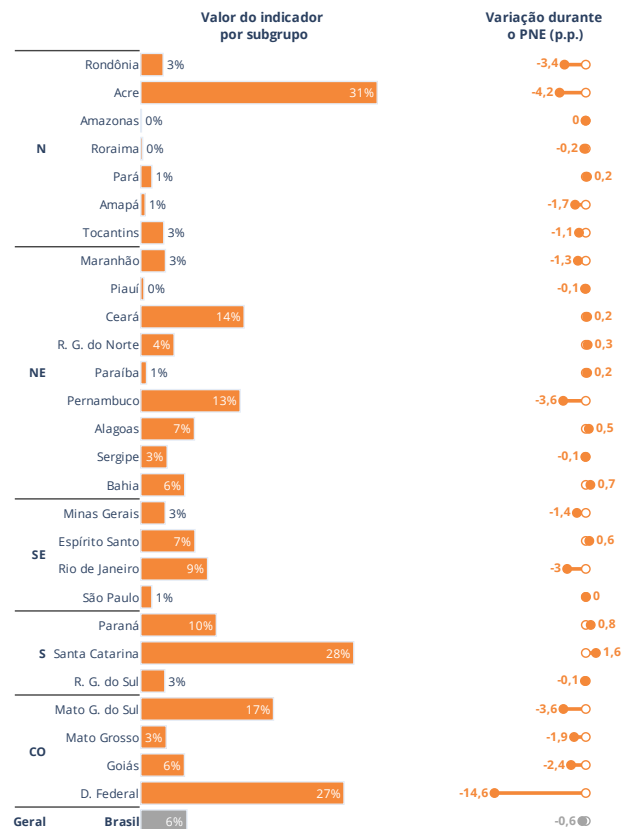
Meta 19 | Indicador 19A

A análise por estados revela uma disparidade maior em relação àquela observada no recorte por regiões.

Por um lado, Acre, Santa Catarina e o Distrito Federal despontam com níveis acima de 20%. Mesmo esses casos, no entanto, apresentam queda ou aumento minúsculo no indicador entre 2014 e 2021.

No outro extremo, Amazonas, Roraima e Piauí apresentam níveis abaixo de 0,5%, após queda em Roraima e Piauí, e estagnação no Amazonas.

Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar

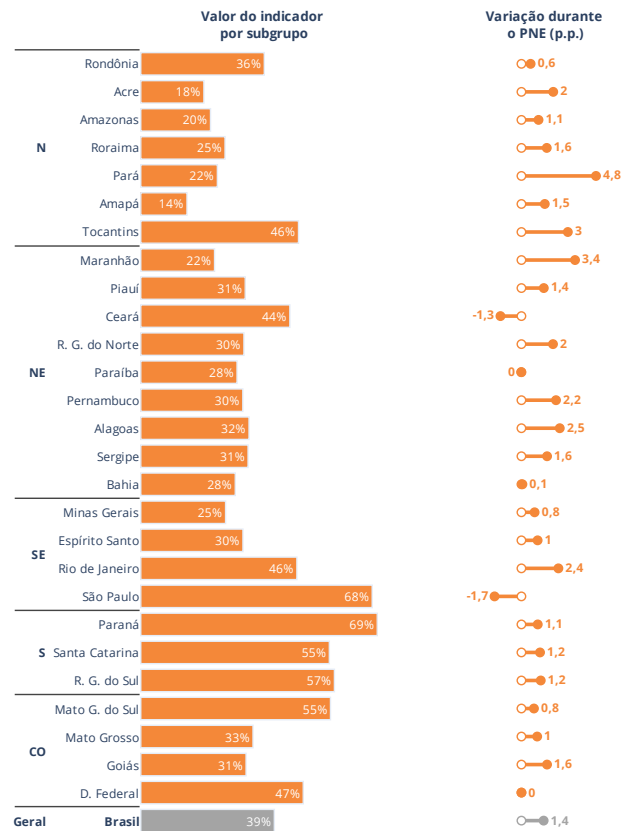


Meta 19 | Indicador 19B

Com exceção de São Paulo e Ceará, houve avanço na presença dos colegiados intraescolares em todas as unidades federativas. Pará, Maranhão e Tocantins se destacam positivamente com os maiores avanços, ainda que pequenos.

Após as variações, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul apresentam os maiores níveis para o indicador, porém nenhum caso está de acordo com o objetivo de que todas as escolas deveriam possuir todos os colegiados até 2016.

Percentual de colegiados intraescolares existentes nas escolas públicas brasileiras



Meta 19 | Indicadores 19C a 19F

Quesitos da Meta 19 relacionados a colegiados extraescolares* - 2018		
	UFs	Municípios
Percentual de colegiados extra-escolares existentes	100%	84%
Percentual de colegiados extra-escolares** que existem e recebem apoio de infraestrutura e formação	79%	60%

Fonte: Munic e Estadac / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

* Os colegiados extraescolares são: Conselho Municipal / Estadual de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar e Fórum Permanente de Educação

** Não há na Munic e na Estadac dados sobre recursos fornecidos aos respectivos Fóruns Permanentes de Educação

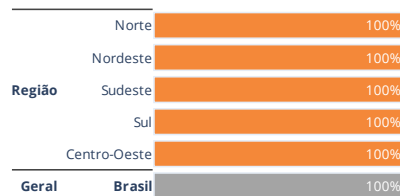
Quanto aos colegiados extraescolares, de todos os conselhos municipais ou estaduais de educação, conselhos de acompanhamento e controle do Fundeb, conselhos de alimentação escolar e fóruns permanentes de educação, 100% existiam na esfera estadual em 2018, último ano com dados disponíveis, mas apenas 84% existiam na esfera municipal. Se considerarmos apenas os colegiados que recebem apoio de infraestrutura e formação, e que portanto têm condições mais efetivas de pleno funcionamento, o número cai para 79% na esfera estadual e 60% na municipal – essas informações sobre recebimento de apoio, no entanto, não contemplam os fóruns permanentes.

Um limite importante para o monitoramento está na ausência de dados mais frequentes. Para o efetivo controle social de um plano de dez anos, é inviável que se passem quatro sem atualização de informações relativas a um de seus dispositivos chave.



Meta 19 | Indicadores 19C e 19D

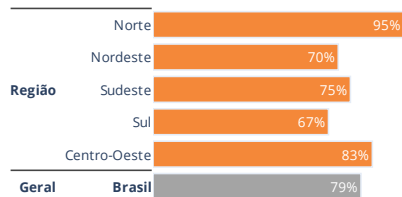
Percentual de colegiados extraescolares existentes nas unidades federativas



Fonte: Estadac / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Como já indica o slide anterior, todas as unidades federativas tinham a existência de todos os colegiados extraescolares em 2018 em suas esferas administrativas.

Percentual de colegiados extraescolares** que existem e recebem apoio de infraestrutura e formação nas unidades federativas



No entanto, quando considerado o provimento de condições adequadas para o seu funcionamento, o quadro se revela de não adequação à Meta, com a região Sul apresentando o nível mais recuado para o indicador, seguido de perto por Nordeste e Sudeste. Apenas na região Norte o cenário é próximo ao necessário.

Fonte: Estadac / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

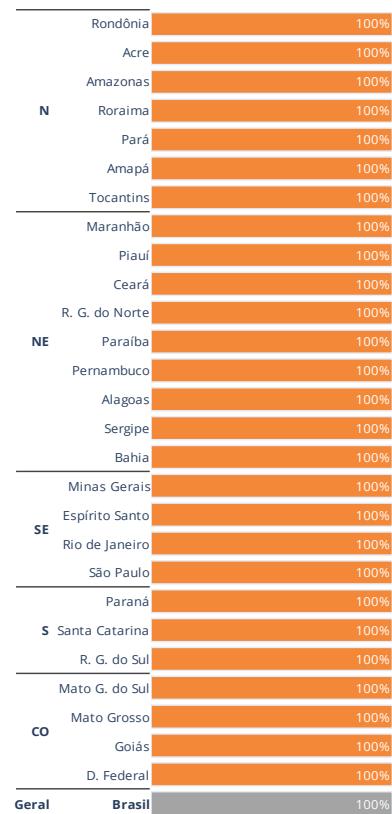


Meta 19 | Indicadores 19C e 19D

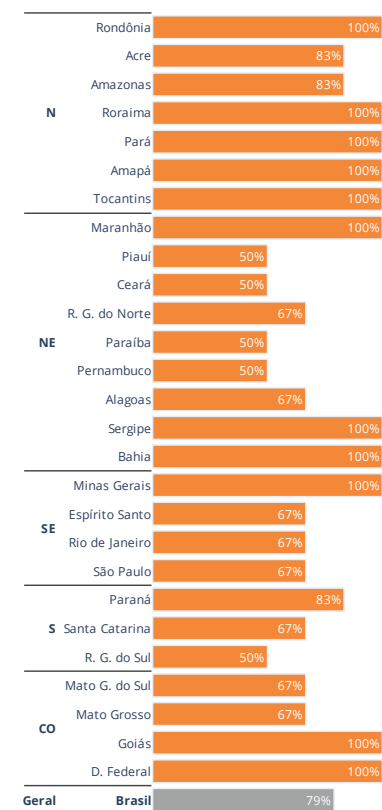
Novamente, verifica-se o que já foi dito sobre todos os colegiados extraescolares existirem na esfera estadual, com um quadro problemático ao se incorporar a consideração das condições de funcionamento recebidas.

Mais da metade das UFs falha em prover condições para um ou mais dos colegiados, sendo que Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul deixam de fornecê-las a todos eles.

Percentual de colegiados extraescolares existentes nas unidades federativas



Percentual de colegiados extraescolares** que existem e recebem apoio de infraestrutura e formação nas unidades federativas



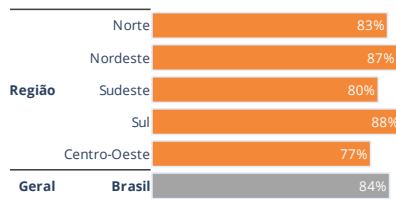
Fonte: Estadiv / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Fonte: Estadiv / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação



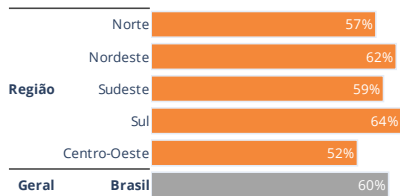
Meta 19 | Indicadores 19E e 19F

Percentual de colegiados extraescolares existentes nos municípios



Fonte: Munic / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Percentual de colegiados extraescolares** que existem e recebem apoio de infraestrutura e formação nos municípios



Fonte: Munic / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Quando observamos a esfera municipal, o quadro é mais grave do que o da esfera estadual, tanto em relação à mera existência dos colegiados quanto em relação a suas condições de funcionamento.

20% ou mais dos colegiados que deveriam existir nos municípios do Sudeste e Centro-Oeste ainda não estavam presentes, apesar da situação não ser muito melhor no Sul, região com melhores níveis para o indicador.

Quando consideradas as condições de funcionamento, cai para aproximadamente 50% o indicador na região Centro-Oeste, com a situação no Sudeste tendo menor piora, o suficiente para o Norte passar a ser o segundo caso mais grave nacionalmente.



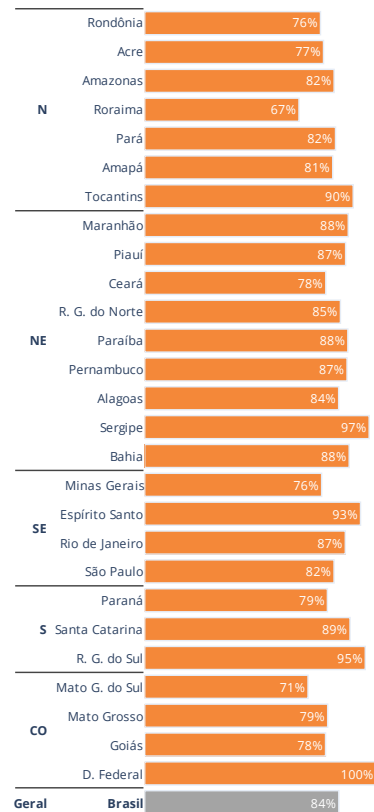
Meta 19 | Indicadores 19E e 19F

Apenas no Distrito Federal os colegiados extraescolares existem e possuem condições minimamente adequadas de funcionamento, como já visto nos indicadores 19C e 19D.

Fora este caso, municípios de Sergipe, Rio Grande do Sul e Espírito Santo estão perto de possuírem todos os colegiados, mas quando consideradas as condições, o quadro se reverte ao que é observado em geral para as outras unidades.

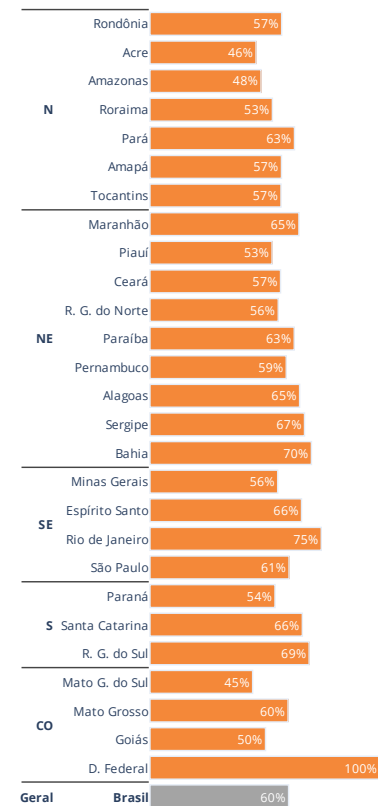
Mato Grosso do Sul, Acre e Amazonas são os casos mais graves quando consideradas as condições de funcionamento.

Percentual de colegiados extraescolares existentes nos municípios



Fonte: Munic / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Percentual de colegiados extraescolares** que existem e recebem apoio de infraestrutura e formação nos municípios



Fonte: Munic / IBGE. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação



Meta 20

Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

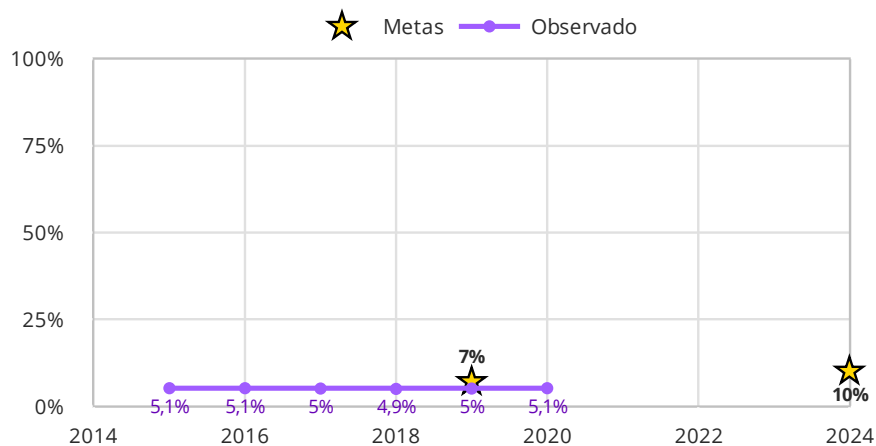
Indicador 20A: Gasto público em educação pública, em proporção do PIB

Indicador 20B: Gasto público em educação, em proporção do PIB



Meta 20 | Indicador 20A

Gasto público em educação pública, em proporção do PIB



Fonte: Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento do PNE / DIREDE - INEP / MEC

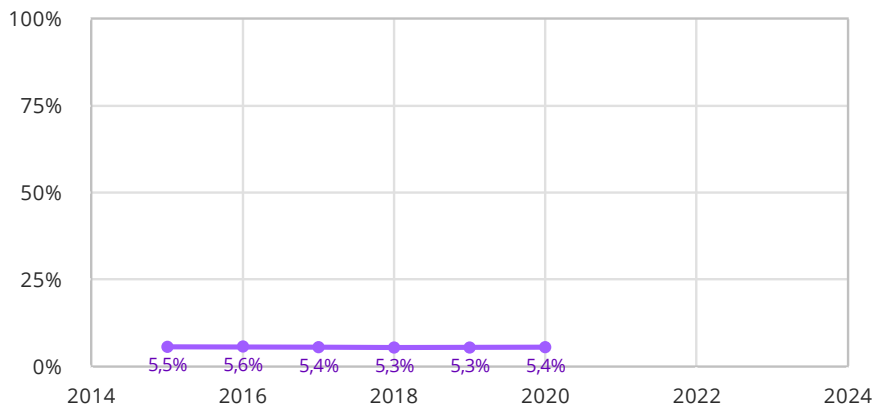
A meta 20 é basilar para o cumprimento do restante do Plano Nacional de Educação. Por esse motivo, também é instrumental para entender o estado de descumprimento que está exposto neste balanço. Para 2019, o PNE previa uma destinação de 7% do PIB para a educação pública, o que não foi atingido, ficando os gastos estagnados em torno de 5% de 2015 a 2020.

Para 2024, foi determinado que 10% do PIB seja destinado à educação pública, uma pauta histórica que encontra ampla ressonância na população. Isso pôde ser observado na forte pressão exercida não só pela área educacional, mas pelo conjunto dos cidadãos rumo à aprovação de um Novo Fundeb pra valer, com CAQ, frente a sucessivas tentativas de desmonte empreendidas pelo governo federal e por partes do Congresso que, ao fim, restaram minoritárias.



Meta 20 | Indicador 20B

Gasto público em educação, em proporção do PIB



Fonte: Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento do PNE / DIREC - INEP / MEC

Se o gasto público em educação pública se encontra estagnado em torno de 5%, o gasto público em educação, que inclui despesas em educação privada, como com o ProUni e o subsídio implícito no Fies, se mantiveram estagnadas em torno de 5,5%.

O não aumento do gasto público com a educação privada, em comparação ao que é gasto com a rede pública, é apenas um fraco e insuficiente alento dentro do quadro do financiamento educacional brasileiro.

